

# índice de efetividade da gestão municipal

manual 2018



## Composição

Janeiro de 2018

### Presidente

Sidney Estanislau Beraldo

### Vice-Presidente

Renato Martins Costa

### Corregedor

Antonio Roque Citadini

### Conselheiros

Cristiana de Castro Moraes

Dimas Eduardo Ramalho

Edgard Camargo Rodrigues

Robson Marinho



## Coordenação

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

## Supervisão

Secretário-Diretor Geral Sérgio Ciquera Rossi

## Elaboração

### Divisão AUDESP e Diretoria de Tecnologia da Informação

Allyson Freitas

Rodney José Idankas

César Schneider

Tânia Mara Auada

Fabício Carvalho Macieira

Valdivino Gonçalves da Costa

Márcia Harumi Hirata

Vanessa Sousa Arakaki

Marcos Portella Miguel

Vinicius Rodrigues Laterza

Ricardo Kenji Uchima

## Colaboração

José Roberto Fernandes Leão  
Equipe da "Revista do TCESP"

DCG – Diretoria de Contas do Governador  
Paulo Massaru Uesugi Sugiura



# Apresentação

O Brasil vive um momento histórico. De crise, mas também de oportunidades. Se as denúncias de corrupção chocam, o que parece ser o início de um processo que levará ao fim da impunidade, nos dá esperanças de que os tempos são outros e promissores.

Movidos pela indignação diante de tantas denúncias de irregularidades e desvios de recursos, os brasileiros hoje reivindicam acesso a informações para poder vigiar os governos, avaliar os resultados das políticas públicas e cobrar os gestores eleitos democraticamente. Essa é uma exigência legítima e indispensável para o bom funcionamento do controle social e das instituições republicanas.

Em um cenário como esse, a atividade de auditoria das administrações requer dos órgãos de fiscalização mais do que a aferição da legalidade das normas de execução orçamentária e de regularidade de despesas. É preciso investigar o resultado de todas essas práticas.

Por isso, em 2015, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em uma iniciativa pioneira no país, criou o Índice de Efetividade da Gestão Municipal, IEG-M. Examinando sete esferas de atuação pública - educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, proteção aos cidadãos (quesitos ligados à defesa civil) e governança em tecnologia da informação - o indicador mede a correspondência das ações dos governos às demandas dos cidadãos.

Em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, o levantamento, depois de interpretado, contribuiu para o aumento de eficiência do controle externo. A partir da análise dos dados produzidos, podemos agora detectar setores que merecem maior vigilância da ação fiscalizatória.

Os números apurados ainda se mostraram úteis para prefeitos e vereadores, que têm usado o IEG-M como mecanismo de mensuração de políticas, correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento.

A repercussão da iniciativa estimulou a implementação do IEG-M/Brasil, o que atualmente permite um estudo comparativo do desempenho de mais de 80% das prefeituras de vários Estados.

A relevância do projeto foi reconhecida até mesmo pela ONU, que, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), assinou uma parceria com o Tribunal de Contas para o uso do IEG-M como ferramenta oficial da organização para o monitoramento de ações municipais no Estado de São Paulo.

Diante desse sucesso, países como a Argentina e Angola também já demonstraram interesse em adotar a metodologia.

Só atuando de maneira integrada, movidos pelo intercâmbio de boas práticas e experiências entre todos os setores da sociedade, poderemos construir soluções duradouras para um país tão complexo quanto o Brasil. Por isso, agradeço o empenho e a dedicação de todos os envolvidos neste projeto.

Os dados, apurados com base em informações prestadas pelos próprios Municípios e obtidos durante a atividade de fiscalização, são apresentados de forma clara e objetiva, para facilitar sua compreensão pelo Administrador Público, membros do Poder Legislativo, servidores e cidadãos, e auxiliar na correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento.

Trata-se, portanto, de mais um instrumento criado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, entre vários outros, na busca pela transparência, pela gestão responsável e pela satisfação das necessidades sociais.

Espero que este 4º ano de IEG-M alcance os mesmos padrões de excelência para que, como órgão de controle, também possamos continuar a servir a população deste Estado com a eficiência que os paulistas desejam e merecem.

Sidney Estanislau Beraldo  
**Presidente**

Jan./2018

# Índice

## 01

Contexto Histórico Atual **02**

## 02

Histórico do IEG-M/TCESP **03**

## 03

O Que é o IEG-M/TCESP **05**

## 04

Os Produtos Derivados do IEG-M/TCESP **06**

**4.1** Relatório Informações Gerenciais (Anuário) **06**

**4.2** Relatório Informações gerenciais e estratégicas (Prisma) **06**

**4.3** Matriz de risco (Smart) **06**

**4.4** Site Infográfico **06**

**4.5** Relatório de Desempenho **07**

**4.6** Aplicativo IEG-M *Mobile* **07**

## 05

Principais Alterações do IEG-M/TCESP neste ano **08**

## 06

As Dimensões do IEG-M/TCESP **09**

**6.1** i-PLAN/TCESP **09**

**6.2** i-FISCAL/TCESP **10**

**6.3** i-EDUC/TCESP **11**

**6.4** i-SAÚDE/TCESP **11**

**6.5** i-AMB/TCESP **11**

**6.6** i-CIDADE/TCESP **12**

**6.7** i-GOV TI/TCESP **12**

## 07

Dos pesos dos índices que compõem a elaboração final do IEG-M/TCESP **13**

## 08

Visão funcional do IEG-M/TCESP **14**

## 09

Das sínteses das metodologias utilizadas na construção dos 7 Índices Temáticos – IEG-M/TCESP **15**

**9.1** Síntese: i-PLAN **16**

Memorial de Cálculos para Indicadores do Planejamento

**9.2** Síntese: i-FISCAL **29**

Memorial de Cálculos para Indicadores dos Aspectos Fiscais

**9.3** Síntese i-EDUC **45**

Memorial de Cálculos para indicadores da Educação

**9.4** Síntese: i-SAÚDE **57**

Memorial de Cálculos para Indicadores da Saúde

**9.5** Síntese: i-AMB **71**

Memorial de Cálculos para Indicadores do Meio Ambiente

**9.6** Síntese: i-CIDADE **78**

Memorial de Cálculos para Indicadores da Proteção da Cidade

**9.7** Síntese: i-GOV TI **81**

Memorial de Cálculos para Indicadores da Governança de TI

## 10

Composição Final do IEG-M/TCESP **87**

## 11

Faixas de Resultado **88**

## 12

Regras das faixas de Resultado **90**

## 13

Considerações finais **91**

# **Exposição de Motivos do IEG-M/TCESP**

# 1.

## Contexto histórico atual

Os governos brasileiros têm enfrentado mudanças profundas na condução de suas políticas públicas, tanto pela atual situação econômica quanto pelas crescentes reivindicações da população, gerando impactos significativos na vida de todos.

As intervenções, ações e operações realizadas por autoridades públicas, independentemente de sua esfera e da sua natureza, têm impactado na forma

como o Estado se torna parceiro ou não dos interesses sociais.

Se o Brasil permanece como uma das 10 maiores economias do mundo, o Estado de São Paulo contribui de forma relevante para tanto, pois possui uma grandeza econômica significativa e que deve ser considerada pelo Tribunal de Contas em suas ações de controle externo.

O atual cenário indica a necessidade de uma gestão pública voltada para resultados, cuja análise das necessidades sociais revela forte enfoque na qualidade da prestação dos serviços públicos.

Os serviços públicos precisam ser continuamente modernizados, eficientes e efetivos, para acompanhar a evolução das necessidades sociais. É nesse contexto que o Tribunal de Contas promove a 4ª Edição do índice de efetividade da gestão municipal – IEG-M/TCESP.

### O Estado de São Paulo em números

**POPULAÇÃO:** Brasil – 206,1 milhões de habitantes;  
São Paulo – 44,7 milhões (21,7%);

**PIB NOMINAL:** Brasil – R\$ 6,267 trilhões;  
São Paulo – R\$ 2,0 trilhões (32%);

**PIB PER CAPITA:** Brasil – R\$ 30.409,80;  
São Paulo – R\$ 44.925,31 (48% maior);

São Paulo contribui com mais de 40% da arrecadação dos impostos federais.

Fonte: IBGE, RFB, Banco Central e Fundação Seade.  
Dados de 2016.

# 2.

## HISTÓRICO DO IEG- M/TCESP

O Tribunal de Contas, já há algum tempo, tem realizado mudanças significativas em suas atividades de fiscalização de controle externo.

As medidas fiscalizatórias como ações concomitantes, seletividade, acompanhamento de contas, integração de Agentes de Colaboração, Programa de Fiscalização Continuada - PROFISCO, reuniões técnicas virtuais com UR's, participações nas atividades da Rede INFOCONTAS, no CIISP<sup>1</sup>, no FOCCOSP<sup>2</sup> e na ATRICON<sup>3</sup>, disponibilização de matriz de risco, entre outras importantes atividades, têm sido um ponto de destaque na produção de conhecimento para tornar a fiscalização de controle externo mais técnica e eficiente, tendo por base os princípios da auditoria de resultado.

O **Sistema AUDESP** e o **e-TCESP**, ambos com foco no aperfeiçoamento das atividades jurisdicionais da Corte, implementam, ao menos aos interessados, celeridade, transparência e acessibilidade da informação e do conhecimento.

A Corte de Contas paulista entende que novas tecnologias de controle externo devem ser utilizadas para um novo modelo de fiscalização, com foco nos princípios

da Economia, da Eficiência, da Eficácia e da Efetividade, respeitando suas atribuições constitucionais e legais.

Conforme as Diretrizes estabelecidas para 2016-2020, a transparência, comunicação e orientação aos jurisdicionados são essenciais para aumentar a efetividade e o reconhecimento social do Tribunal, cuja visão de futuro é ser uma instituição de referência no controle da efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Esse grande desafio consiste em estabelecer caminhos para efetivar a **modernização e a ampliação do modelo de fiscalização de conformidade para o de auditoria de resultado**, nos moldes do que ocorre nas grandes nações desenvolvidas (como o *Bundesrechnungshof* – o Tribunal de Contas da Alemanha, entre outros) e no Tribunal de Contas Europeu, de caráter supranacional, responsável pelo controle externo das contas da União Europeia.

Uma mudança de comportamento das atividades de controle externo, em busca de análises de resultado da execução do orçamento dos entes federados jurisdicionados, deve passar por critérios técnicos e objetivos, muito bem delineados, que apresentem a convergência de interesses públicos com o planejamento estatal.

Criar indicadores finalísticos para análises dos processos utilizados pelos jurisdicionados é uma tarefa que vem reunindo esforços dos agentes políticos e técnicos da Corte de Contas Paulista com o fim de contribuir para uma sociedade mais justa.

---

<sup>1</sup> CIISP - Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública do Estado de São Paulo

<sup>2</sup> FOCCOSP - Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no Estado de São Paulo

<sup>3</sup> ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil

Neste sentido, o índice denominado **IEG-M/TCESP – Índice de Efetividade da Gestão Municipal** – além de proporcionar uma nova perspectiva mais contundente na fiscalização de resultado, permite que o Tribunal de Contas redirecione seus esforços aos anseios sociais.

Em outubro de 2014, foi lançada a 1ª Edição do IEG-M/TCESP e contou com a participação dos 644 jurisdicionados municipais do Estado de São Paulo – 100% de adesão. Os resultados desse levantamento foram divulgados no ano seguinte com todos os produtos (Anuário, Prisma, Smart, RDM, Infosite e Aplicativo *Mobile*) disponibilizados aos seus respectivos públicos.

No ano de 2016, a 2ª Edição do IEG-M/TCESP foi apresentada e também teve adesão de 100% dos municípios fiscalizados por esta Corte de Contas. As análises dos dados foram disponibilizadas através dos mesmos produtos, inclusive com comparativos/evolução dos quesitos de um ano para o outro.

Após 2 exercícios, o IEG-M/TCESP tornou-se um índice extensível a todos os Tribunais de Contas do Brasil através da Rede Indicon<sup>4</sup>, denominado IEG-M/Brasil, que contou com a adesão de 4.587 municípios (85,2%) em sua 2ª edição.

A relevância do projeto foi reconhecida até mesmo pela ONU, que, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), assinou uma parceria com o Tribunal de Contas para o uso do IEG-M como ferramenta oficial da organização para o monitoramento de ações municipais no Estado de São Paulo.

Diante desse sucesso, países como a Argentina e Angola também já demonstraram interesse em adotar a metodologia.

Para esta 4ª Edição, todas as prerrogativas foram mantidas para os municípios alcançarem as boas práticas vislumbradas nas edições anteriores e também analisar criticamente a sua gestão atual.

---

<sup>4</sup> Rede Indicon – Rede nacional de Indicadores

# 3.

## O QUE É O IEG-M TCESP

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M/TCESP mede a qualidade dos gastos municipais e avalia as políticas e atividades públicas do gestor municipal. Apresenta, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos municípios estão sendo alcançados de forma efetiva. Ele pode ser utilizado como mais um instrumento técnico nas análises das contas públicas, sem perder o foco do planejamento em relação às necessidades da sociedade.

O IEG-M/TCESP permite observar quais são os meios utilizados pelos municípios jurisdicionados no exercício de suas atividades que devem ser disponibilizadas em tempo útil, nas quantidades e qualidades adequadas e ao melhor preço (economia), de modo a entender a melhor relação entre os meios utilizados e os resultados obtidos (eficiência), visando ao alcance dos objetivos específicos fixados no planejamento público (eficácia)<sup>5</sup>.

Ele propicia também a formulação de relatórios objetivos em áreas sensíveis do planejamento público para a alta administração da Corte de Contas paulista e alimenta com dados técnicos o pessoal da fiscalização, em complementação às ferramentas hoje disponíveis.

O IEG-M/TCESP é um índice perene que proporciona visões da gestão pública para 7 dimensões da execução do orçamento público:

- Planejamento;
- Gestão Fiscal;

- Educação;
- Saúde;
- Meio Ambiente;
- Cidades Protegidas;
- Governança em Tecnologia da Informação.

Essas dimensões foram selecionadas a partir de sua posição estratégica no contexto das finanças públicas<sup>6</sup>.

O índice é composto pela combinação dos seguintes itens:

- Dados governamentais;
- Sistema AUDESP;
- Informações levantadas a partir de questionários preenchidos pelas Prefeituras Municipais.

A abrangência geográfica do IEG-M/TCESP é todos os municípios do Estado de São Paulo, com exceção do município de São Paulo (Capital) que é fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Município.

Essa nova tecnologia de fiscalização implica uma diferente repartição de atividades e responsabilidades em matéria de execução do orçamento, o que deve ser cuidadosamente tomado em consideração nas fases de planejamento e a realização da auditoria de resultados, bem como de elaboração de relatórios que serão fornecidos aos Exmos. Conselheiros e ao pessoal de controle externo.

Apresentar os resultados da aplicação dos recursos públicos é dever do Estado, não só por sua obrigação legal, mas também para atender ao princípio da moralidade no qual deve se pautar a gestão pública, dessa forma conquistando a legitimidade de suas ações para o bem comum da sociedade. Em uma visão direta e sintética, o IEG-M/TCESP apresenta produtos finais para a alta administração da Casa (Presidência e Conselheiros), para o pessoal da fiscalização (SDG) e, principalmente, para a sociedade e outros órgãos de controle externo (informações da gestão pública municipal).

5 C f. Manual de Auditoria de Resultados do Tribunal de Contas Europeu (disponível em [http://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/PERF\\_AUDIT\\_MANUAL/PERF\\_AUDIT\\_MANUAL\\_PT.PDF](http://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/PERF_AUDIT_MANUAL/PERF_AUDIT_MANUAL_PT.PDF)).

<sup>6</sup>A priorização considerou a jurisprudência do TCESP e as disposições normativas da Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



# 4.

## Os Produtos Derivados do IEG-M/TCESP

Os dados do IEG-M/TCESP serão consolidados e apresentados conforme as necessidades de cada público-alvo com o intuito de buscar novos caminhos para a fiscalização por resultado.

Esta busca também apresenta uma nova percepção de oportunidades operacionais. Uma delas é a modernidade que passa pelos nomes dos documentos a serem produzidos e utilizados nos quatro principais produtos derivados da implantação do IEG-M/TCESP.

### 4.1 RELATÓRIO INFORMAÇÕES GERENCIAIS (ANUÁRIO)

O Relatório de Informações Gerenciais – Anuário consolida o resultado das 7 dimensões do IEG-M/TCESP e abrange todos os municípios participantes.

Os dados são apresentados graficamente e com análises de alguns quesitos para a alta administração. Além disso, são realizados comparativos com outros indicadores utilizados pelas Secretarias do Estado de São Paulo.

Esta abordagem gerencial permite uma visão ampla dos resultados obtidos pelo planejamento da gestão municipal. Para alguns quesitos é possível identificar até uma tendência de comportamento ou um padrão de qualidade do serviço público de acordo com o conjunto de medidas adotadas no decorrer de cada ano de gestão pública.

### 4.2 RELATÓRIO INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTRATÉGICAS (PRISMA)

O Relatório Informações Gerenciais e Estratégicas apresenta a posição da gestão municipal das prefeituras

nas 7 dimensões analisadas, proporcionando melhor diagnóstico quanto às realizações e/ou resultados das ações dos agentes políticos. Procura-se evidenciar uma análise quanto ao alcance dos objetivos operacionais municipais.

### 4.3 MATRIZ DE RISCO (SMART<sup>7</sup>)

A Matriz de Risco apresenta a composição das atividades das prefeituras nas 7 dimensões analisadas, proporcionando uma visão mais clara quanto às contratações, licitações e planejamento dos resultados das ações dos agentes políticos. Dessa forma, qualificamos ainda mais o tempo despendido no planejamento das ações de controle, haja vista o diagnóstico dos pontos sensíveis a serem apresentados à fiscalização.

Essa matriz de risco apresenta uma abordagem transparente e clara para o órgão fiscalizado, mitiga os possíveis erros de auditoria, pois apresenta os pontos relevantes e pertinentes suscetíveis de fiscalização, permitindo a criação de uma atmosfera de diálogo construtivo nas fases de fiscalização.

### 4.4 SITE INFOGRÁFICO

O site infográfico é o relatório eletrônico publicado no Portal WEB do Tribunal de Contas, que, apoiado pela tecnologia, organiza e disponibiliza informações à sociedade e aos demais órgãos de controle por meio do monitoramento dos planejamentos e gestões dos agentes públicos nas 7 (sete) dimensões monitoradas.

Os dados apresentados novo portal do IEG-M/TCESP contribuem para o aprimoramento dos controles externo e interno, permitindo-lhes funcionar como ferramenta de apoio à gestão pública.

---

<sup>7</sup> O termo **SMART** é uma correspondência ao termo utilizado pelo Tribunal de Contas Europeu. O manual de auditoria de resultado da Corte de Contas europeia define que SMART permite "identificar e analisar riscos internos e externos para a realização dos objectivos da Comissão. No sistema de controlo interno da Comissão, 'resultados e gestão do risco' inclui, por um lado, a definição de objectivos a nível estratégico, operacional e tático segundo o método ABM, devendo todas as actividades ter objectivos específicos, mensuráveis, realizáveis, relevantes e delimitados no tempo - specific, measurable, achievable, relevant and timely (SMART) - e, por outro, a análise e a gestão do risco das principais actividades." (disponível em [http://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/PERF\\_AUDIT\\_MANUAL/PERF\\_AUDIT\\_MANUAL\\_PT.PDF](http://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/PERF_AUDIT_MANUAL/PERF_AUDIT_MANUAL_PT.PDF)).

Esse site agrega os novos conceitos de **utilização das informações** (forma fácil de compreender os dados) postas à disposição da sociedade por meio de infográficos.

As informações no site apontam aos agentes e gestores públicos os indicadores finalísticos quanto à realização de gastos, de modo a permitir análises comparativas, subsidiando a tomada de decisões para melhoria da aplicação dos recursos públicos nos seus processos.

## 4.5 RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Este relatório tem como finalidade fornecer ao gestor municipal a possibilidade de comparar o desempenho de seu município com outros similares, possibilitando identificar as melhores práticas e conseqüentemente, contribuir para uma melhora no desempenho da Administração Pública Municipal. O artefato é baseado exclusivamente em informações prestadas pelos próprios Municípios, as quais são validadas por amostragem pelas equipes de fiscalização deste Tribunal. Desse modo, variáveis como o gasto na educação, por exemplo, somente são consideradas definitivas após o trânsito em julgado do Parecer emitido pelo Relator das respectivas contas.

## 4.6 APLICATIVO IEG-M MOBILE

O IEG-M Mobile permite a visualização dos índices em dispositivos móveis que utilizam o sistema *Android*. Sendo assim, os cidadãos têm uma poderosa ferramenta de fiscalização e participação social, pois com ele o munícipe pode tomar conhecimento da situação em seu município, bem como interagir, fiscalizar, e até mesmo apresentar denúncias diretamente ao Tribunal de Contas, podendo inclusive anexar fotos captadas com seu *smartfone*.

Os aplicativo é gratuito e pode ser baixado diretamente da *Google Play Store*, ou através do seguinte *link*: "[https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.sp.tce.IEG-M\\_mobile&hl=pt\\_BR](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.sp.tce.IEG-M_mobile&hl=pt_BR)".

# 5.

## PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DO IEG- M/TCESP NESTE ANO

O IEG-M/TCESP é um índice dinâmico e flexível, o que possibilita sua adaptação ano a ano de acordo com a consolidação de uma determinada política por todos ou pela maior parte dos municípios ou com o acréscimo de novos temas de interesse social.

Neste quarto ano permanecem as 7 dimensões (i-Plan, i-Fiscal, i-Educ, i-Saúde, i-Amb, i-Cidade e i-Gov TI). No entanto, algumas questões foram substituídas e algumas pontuações foram modificadas.

Os questionários poderão ser respondidos de forma descentralizada pelo responsável de cada uma das 7 dimensões do IEG-M, por meio do Portal de Auditoria Eletrônica através de uma nova plataforma.

# 6.

## AS DIMENSÕES DO IEG-M/TCESP

Desde o final de 2013, a Divisão AUDESP vem realizando diversos eventos e reuniões com agentes políticos, técnicos de outros órgãos estaduais (Secretarias da Educação, da Saúde, do Meio Ambiente, da Defesa Civil), órgãos da sociedade civil e, principalmente, realinhamento de atividades de controle externo com a Secretaria-Diretoria Geral, além de conversas técnicas com demais Agentes de Fiscalização desta Corte de Contas que são nossos especialistas em indicadores.

Essas atividades permitiram entender e apresentar os 7 índices componentes do IEG-M/TCESP, cada um baseado na respectiva dimensão da gestão pública apresentada anteriormente:

- **i-PLAN/TCESP:** Índice Municipal do Planejamento;
- **i-FISCAL/TCESP:** Índice Municipal da Gestão Fiscal;
- **i-EDUC/TCESP:** Índice Municipal da Educação;
- **i-SAÚDE/TCESP:** Índice Municipal da Saúde;
- **i-AMB/TCESP:** Índice Municipal do Meio Ambiente;
- **i-CIDADE/TCESP:** Índice Municipal de Cidades Protegidas;
- **i-GOV TI/TCESP:** Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação.

### 6.1 i-PLAN/TCESP

#### Objetivo

O índice do planejamento permite ordenar os municípios quanto ao que foi planejado e realizado em matéria de programas e ações, possibilitando ao usuário da informação entender, de maneira ampla, como se deu esse processo, apontando para os possíveis resultados.

Para isso, analisamos os percentuais gerados em relação à execução, comparando essa com o que foi estabelecido no planejamento da entidade. Por meio desse comparativo, é possível visualizar os reflexos na qualidade de vida dos munícipes (sejam diretos ou indiretos).

Além dos aspectos relacionados ao cumprimento do que foi planejado, também é possível identificar a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas.

Nesta segunda versão do i-Plan acrescentamos quesitos destinados a avaliar todas as etapas do planejamento, com a finalidade de avaliar os processos ligados a esta dimensão do IEG-M.

#### Metodologia Aplicada

Pesquisando outros índices desenvolvidos por renomados órgãos, sejam nacionais ou internacionais, observamos que o índice é um valor agregador de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas, a fim de

proporcionar, de maneira precisa e rápida, uma conclusão sobre o tópico analisado.

O índice é formado por indicadores, que são situações avaliadas de um determinado fato. Um exemplo é o índice de inflação, no qual a variação de cada um dos produtos que constam da cesta gera um indicador. Ao agregá-los (por soma, diferença ou outro método) apura-se o resultado do índice desejado.

No presente caso, em que desejamos apurar o índice do planejamento, consideramos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:

- Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações;
- Confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados;
- Percentual de alteração do planejamento inicial;
- Percentual da taxa de investimento estabelecida no planejamento inicial e a executada.

## Fonte

Sistema AUDESP: base multivalorada.

## 6.2 i-FISCAL/TCESP

### Objetivo

O índice da gestão fiscal permite ordenar os municípios quanto à política fiscal estabelecida e executada (direta ou indiretamente), habilitando o usuário da informação a entender, de maneira ampla, o comportamento das decisões tomadas pelos responsáveis na administração municipal no que diz respeito à parte fiscal.

Para isso, são analisadas a execução financeira e orçamentária, a manutenção dos limites legais estabelecidos, as decisões em relação à aplicação de recursos vinculados e a transparência da administração municipal.

Além dos aspectos relacionados à obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é possível acompanhar se questões como endividamento, planejamento e metas são conduzidos segundo uma

gestão adequada, a fim de não comprometer as receitas futuras e a prestação de serviços públicos à população local.

Aos quesitos avaliados na versão anterior, nesta segunda versão do i-Fiscal acrescentamos dois quesitos com o objetivo de apurar, em relação às Prefeituras Municipais, a quantidade de alertas recebidos, bem como o número de balancetes rejeitados pelo Sistema AUDESP.

Por fim, importante destacar que os tópicos considerados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo como fundamentais para a emissão de Parecer sobre a gestão municipal, como resultado do Ensino, da Saúde, pagamentos de Precatórios, entre outros, são considerados na apuração do i-Fiscal.

### Metodologia Aplicada

Conforme exposto anteriormente, o i-Fiscal/TCESP é também um índice que reflete o valor agregado de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas. No presente caso, em que desejamos apurar o índice da Gestão Fiscal, consideramos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:

- Análise da Receita (execução orçamentária);
- Análise da Despesa (execução orçamentária);
- Análise da execução orçamentária;
- Análise dos Restos a Pagar – até o bimestre (dívida flutuante);
- Despesas com Pessoal – Poder Executivo;
- Despesa com Pessoal - Poder Legislativo;
- Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit);
- Apuração da dívida fundada (aumento/redução);
- Apuração dos pagamentos dos precatórios;
- Repasse de duodécimos às Câmaras;
- Transparência: atas de elaboração, avaliação e aprovação, pareceres e publicações realizadas.

## Fonte

Sistema AUDESP: base multivalorada.

### 6.3 i-EDUC/TCESP

#### Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre a gestão da Educação Pública Municipal na sua esfera de responsabilidade, que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas.

#### Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de gestão municipal relativa à educação infantil, creches e pré-escolas e Ensino Fundamental I que devem ser respondidos eletronicamente por meio do Portal de Auditoria Eletrônica.

#### Fonte

Censo escolar e Sistema AUDESP: base multivalorada.

### 6.4 i-SAÚDE/TCESP

#### Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados a partir de indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre a gestão da Saúde Pública Municipal, na esfera de responsabilidade municipal, que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas.

#### Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de gestão municipal da Saúde voltada à Atenção Básica, que devem ser respondidos

eletronicamente por meio do Portal de Auditoria Eletrônica.

Alguns indicadores da Secretaria da Saúde são estudados para entendimento dos processos realizados pelas prefeituras e elaboração do questionário de atividades finalísticas, porém tais fatores não são considerados para o cálculo do resultado final do i-SAÚDE/TCESP..

#### Fonte

Sistema AUDESP: base multivalorada.

### 6.5 i-AMB/TCESP

#### Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre o meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas, como exemplo: resíduos sólidos, educação ambiental, estrutura ambiental, conselho ambiental etc.

#### Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de Meio Ambiente que devem ser respondidos eletronicamente por meio do Portal de Auditoria Eletrônica.

O IQR da CETESB é considerado para entendimento dos processos quanto à qualidade dos resíduos sólidos cujo manejo seja de responsabilidade municipal.

#### Fontes

CETESB e Sistema AUDESP: base multivalorada.

### 6.6 i-CIDADE/TCESP

#### Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam o grau de envolvimento no planejamento municipal para proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres.

### **Metodologia Aplicada**

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos sobre a proteção realizada em suas cidades que devem ser respondidos eletronicamente por meio do Portal de Auditoria Eletrônica.

As métricas matemáticas deste índice componente permitem a visualização da gestão municipal quanto ao grau de inter-relacionamento com outros órgãos de suporte e a sua gestão quanto à preparação e reação em situações de emergência.

### **Fonte**

Sistema AUDESP: base multivalorada.

## **6.7 i-GOV TI/TCESP**

### **Objetivo**

Apresentar a relação com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica que mensure o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade.

### **Metodologia Aplicada**

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de TI que devem ser respondidos eletronicamente por meio do Portal de Auditoria Eletrônica.

Os cálculos matemáticos são realizados por meio de algoritmos e rotinas computacionais utilizando os pesos atribuídos a cada quesito.

### **Fonte**

Sistema AUDESP: base multivalorada.

# 7.

## Dos pesos dos índices que compõem a elaboração final do IEG-M/TCESP

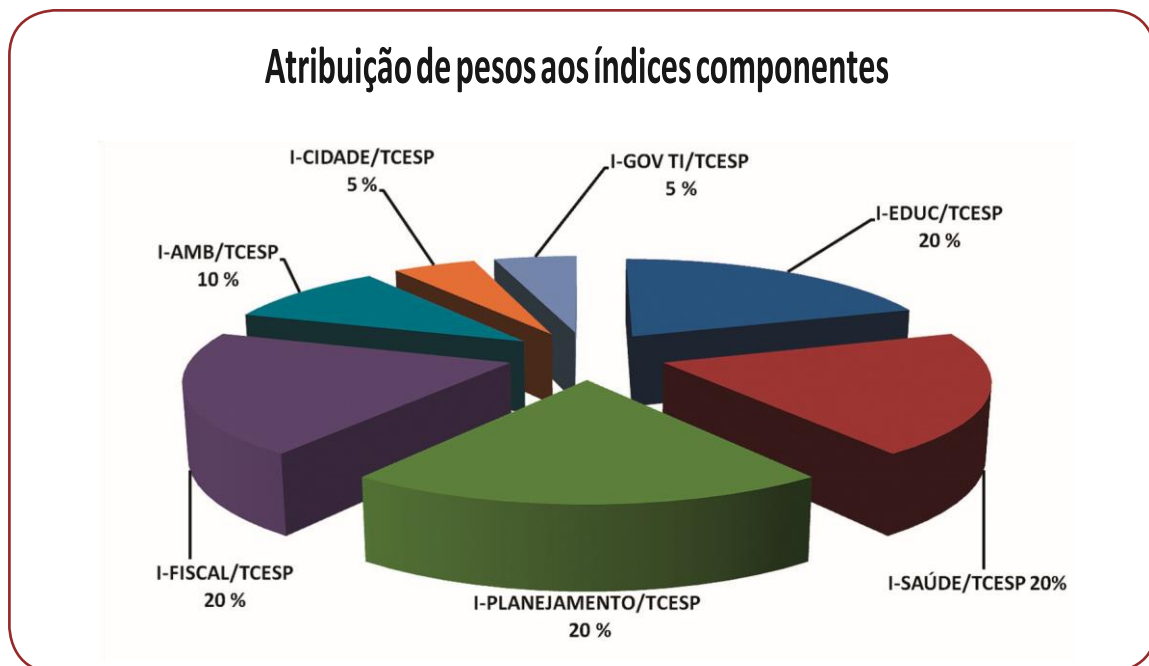
O IEG-M/TCESP é o índice final que reúne os índices apurados nas 7 dimensões apresentadas. Para compreender a gestão municipal nessas dimensões,

utilizamos a métrica de ponderação que melhor reflete o grau de relevância das apurações.

A distribuição das ponderações foi baseada no volume de despesas realizadas nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, por função de governo (“Ensino”, “Saúde”, “Administração” etc.<sup>4</sup>). Nos casos em que o índice não possui uma função de governo diretamente atrelada, ela foi relacionada com a função que apresenta maior semelhança (por exemplo: o I-GOV TI/TCESP toma por base a função “Administração”).

Os dados das despesas utilizados para a apuração das ponderações são extraídos da execução orçamentária dos municípios, encaminhados ao Sistema AUDESP por meio dos balancetes mensais, de acordo com a obrigação de prestação de contas estabelecida na legislação estadual.

Apresentamos a seguir os valores ponderados dos índices componentes do IEG-M/TCESP:



<sup>4</sup> Conforme Portaria nº 42/99 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

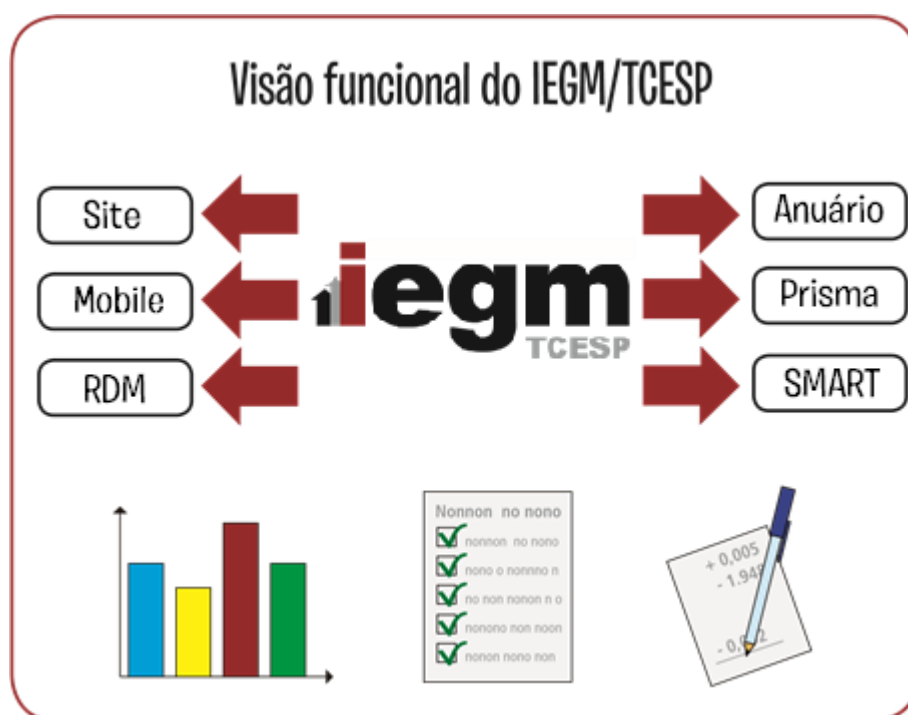


# 8.

## Visão funcional do IEG-M/TCESP

A visão funcional do IEG-M/TCESP, apresentada em forma de figura sintética a seguir, explora as potencialidades e utilização dos indicadores das 7 dimensões consideradas.

O IEG-M/TCESP permite a criação de relatórios aos Exmos. Conselheiros, à Fiscalização e às prefeituras municipais jurisdicionadas, ampliando a interação entre o TCESP e a sociedade por meio do site com infográficos.



# 9.

## Das sínteses das metodologias utilizadas na construção dos 7 índices temáticos – IEG-M/TCESP

Os procedimentos empregados na construção dos índices e indicadores, com seus quesitos, posicionamento e critérios finalísticos, resultam do apoio de servidores do TCESP, especialistas de outros órgãos e sociedade civil em diversas reuniões de trabalho.

Esse processo insere-se em um contexto de diálogos e discussões teórico-metodológicos que se aprofundou com a perspectiva de o TCESP buscar novas tecnologias de fiscalização concomitante e de auditoria de resultados.

Nesse aspecto, esse processo amplamente participativo adotado na construção do IEG-M/TCESP

promove também o envolvimento de seus usuários imediatos e potenciais, conferindo-lhe credibilidade e validação político-institucional, possibilitando alcançarmos sua efetiva utilização nos relatórios (PRISMA e SMART) e disponibilização de informações na Internet.

No que tange à composição temática – 7 dimensões – e às fontes de informação, o IEG-M/TCESP articula uma grande variedade dos aspectos geridos pelo gestor municipal – Educação, Saúde, Meio Ambiente, Proteção das Cidades etc. – que muito influenciam a qualidade de serviços e o cotidiano de seus municípios.

## 9.3 SÍNTESE: i-PLAN

### MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DO PLANEJAMENTO

Os índices serão apoiados pelo Sistema AUDESP em bases multivaloradas.

Cada indicador deste índice possui peso em função da sua importância, reflexo sobre as finanças públicas e gestão. Assim, na melhor hipótese, se todos os indicadores alcançarem pontuação máxima, o valor pontuado deste índice é 100. A pontuação de cada indicador será apurada conforme segue:

- Coerência entre os Resultados dos Indicadores dos Programas e das Metas das Ações

*Média do resultado alcançado de todos os indicadores de um programa comparada com a média dos resultados alcançados das ações desse mesmo programa, com base nas informações constantes do Relatório de Atividades, por meio do seguinte cálculo:*

$$| ((B / A) - (D / C)) | = E$$

Seja "A" o valor do indicador do programa previsto inicialmente;

Seja "B" o resultado do indicador do programa realizado;

Seja "C" o valor da meta para a ação do programa;

Seja "D" o resultado da meta realizado;

Seja "E" o resultado do indicador procurado.

O valor de "E" será apurado para cada programa. O seu valor final será a média obtida do resultado de todos os programas. Conforme o resultado que "E" (final) assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Menor ou igual a 0,2	100
Maior que 0,2 e menor que 0,4	Graduação entre 100 e 0
Maior ou igual a 0,4	0

Para resultados maiores que 0,2 e menores que 0,4, a graduação será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,4 - E)/0,2) * 100$$

Por exemplo, se E = 0,25, a nota do indicador será 75 pontos.

- Confronto entre o Resultado Físico Alcançado pelas Metas das Ações e os Recursos Financeiros Utilizados  
*Apresenta o valor alcançado de cada uma das ações, dividindo-se o valor da meta física realizada pelo valor estipulado inicialmente no planejamento; e o quanto dos recursos disponibilizados foram utilizados, dividindo-se o valor liquidado pelo valor fixado atualizado, a partir dos dados constantes da Lei Orçamentária Anual, por meio do seguinte cálculo:*

$$| ((D / C) - (G / F)) | = H$$

Seja "C" o valor da meta para a ação do programa;

Seja "D" o resultado da meta realizado;

Seja "F" o valor orçamentário fixado final para a ação;

Seja "G" o valor liquidado para a ação;

Seja "H" o resultado do indicador procurado.

O valor de "H" será apurado para cada ação. O seu valor final será a média obtida do resultado de todas as ações. Conforme o resultado que "H" (final) assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Menor ou igual a 0,2	100
Maior que 0,2 e menor que 0,4	Graduação entre 100 e 0
Maior ou igual a 0,4	0

Para resultados maiores que 0,2 e menores que 0,4, a graduação será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,4 - H)/0,2) * 100$$

Por exemplo, se H = 0,25, a nota do indicador será 75 pontos.

- Percentual de Alteração do Planejamento Inicial

Total dos valores dos programas estabelecidos inicialmente na Lei Orçamentária Anual – LOA - comparado com os valores finais apurados para os mesmos programas. O cálculo será efetuado da seguinte maneira:

$$J / I = K$$

Seja “J” o valor total dos programas (final);

Seja “I” o valor total dos programas (inicial);

Seja “K” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “K” assumir, receberá a classificação a seguir:

Resultado
Maior ou igual a 1,3
Maior que 0,9 e menor que 1,3
Maior que 0,5 e menor ou igual a 0,9
Menor ou igual a 0,5

- Percentual da Taxa de Investimento

Divisão da despesa liquidada pelo valor total da receita arrecadada no mesmo período. A Despesa liquidada é obtida da contabilidade encaminhada ao Sistema AUDESP classificada pelo código “44” – Investimentos (Portaria nº 163/2001 do MPOG). O cálculo é feito da seguinte maneira:

$$L / M = N$$

Seja “L” a despesa liquidada total (classificação 44)

Seja “M” a receita total

Seja “N” o resultado do indicador procurado

Conforme o resultado que “N” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,15	100
Maior que 0,02 e menor que 0,15	Graduação entre 0 e 100
Menor ou igual a 0,02	0

Para resultados maiores que 0,02 e menores que 0,15, a graduação será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((N - 0,02)/0,13) * 100$$

Por exemplo, se  $N = 0,10$ , a nota do indicador será 61,54 pontos.

- Pontualidade na Entrega das Peças de Planejamento (PPA, LDO e LOA)

*A resposta à seguinte questão será extraída do sistema AUDESP: “As peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) são entregues no prazo?”.*

Resultado	Pontuação
Planejamento entregue no prazo	50
Planejamento entregue fora do prazo ou não entregue	00

Quesitos adicionais ao índice componente:

QUESITOS	RESPOSTAS
1. Existe órgão ou servidor responsável pelo controle interno no município com atribuições formalmente definidas e com a apresentação de relatórios periódicos? (CF art. 74)	SIM
	NÃO
1.1 Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis?	SIM, DE TODOS OS APONTAMENTOS - 10
	SIM, DE PARTE DOS APONTAMENTOS – 05
	NÃO - 00
2. O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo?	SIM
	NÃO
3. Existe equipe estruturada para realização do planejamento municipal (PPA, LDO e LOA)?	SIM
	NÃO
4. A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?	SIM
	NÃO
5. A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira? (LRF, art. 4º, I, "b")	SIM Informe o número do artigo na LDO:
	NÃO
6. A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor? (LRF, art. 4º, I, "f")	SIM Informe o número do artigo na LDO:
	NÃO
7. Há estrutura administrativa voltada para planejamento?	SIM
	NÃO
8. A estrutura de planejamento foi criada com cargos específicos (analista/técnico de planejamento e orçamento)?	SIM
	NÃO
9. Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
9.1. Qual a carga horária de treinamento específico dos servidores responsáveis pelo planejamento?	Menos de 8 horas/ano;
	Entre 8 a 40 horas/ano;
	Mais de 40 horas/ano.
10. O município elaborou Plano Diretor conforme Lei nº 10.257/01 – Estatuto das Cidades?	SIM
	NÃO Justifique:
	NÃO SE APLICA
11. Os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, recebem treinamento sobre planejamento?	SIM
	NÃO
12. Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade têm dedicação exclusiva para essa matéria?	SIM
	NÃO
13. Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento?	SIM
	NÃO
13.1. O sistema informatizado é descentralizado (Os setores o alimentam e a unidade central de planejamento consolida)?	SIM
	NÃO
14. Além das audiências públicas, há levantamentos formais dos problemas, necessidades, deficiências do Município antecedentes ao planejamento?	SIM – 20
	NÃO – 00



QUESITOS	RESPOSTAS
<p>14.1. Em quais setores há levantamentos desses problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento? Obs.: É possível selecionar várias opções</p>	Ensino;
	Saúde;
	Assistência Social;
	Serviços Urbanos;
	Segurança Pública;
	Saneamento;
	Defesa Civil;
<p>14.2. Os diagnósticos serviram para as soluções e estão materializados nas peças orçamentárias?</p>	<p>SIM Indicar a(s) peça(s) orçamentária(s), o ano, o número/denominação do programa e ação:</p>
	NÃO
<p>14.3. Para a elaboração do diagnóstico é levado em conta algum plano do governo federal ou estadual?</p>	SIM - 20 Qual(is)?
	NÃO – 00

QUESITOS	RESPOSTAS
15. As coletas de sugestões pela Internet ficam disponíveis durante quanto tempo antes da elaboração de cada peça orçamentária?	Até um mês
	Entre um mês a dois
	Mais de dois meses
	Não há coleta de sugestões pela internet
16. Na coleta pela Internet há glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?	SIM
	NÃO
	Não há coleta de sugestões pela internet
17. Há uma margem ou projetos destinados para programas ou projetos originários da participação popular?	SIM – 20
	NÃO – 00
18. A prefeitura realizou audiências públicas em 2017?	SIM
	NÃO
18.1. As audiências públicas são transcritas em atas?	SIM
	NÃO
18.1.1. As atas de audiências públicas são divulgadas na Internet?	SIM
	NÃO
18.2. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA)? (LRF, art. 48, parágrafo único)	Obs.: É possível selecionar várias opções Presenciais Pela Internet Outros (especificar):
18.3. Qual a forma de divulgação das audiências públicas? Obs.: É possível selecionar várias opções	Diário Oficial
	Jornais

QUESITOS	RESPOSTAS
	Panfletos Carro de Som Website da Prefeitura Mural Faixas Outros (Quais?)
18.4. Quantas audiências públicas são comumente realizadas?	1 (uma) Entre 2 a 5 Mais de 5
18.5. Qual o dia e horário de realização das audiências públicas?	Dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas); Dia de semana após as 18 horas Aos sábados, domingos e feriados.
18.6. As audiências públicas são gerais, englobando todas as funções de governo?	SIM NÃO
18.7. As audiências públicas são setorizadas, divididas por temas (saúde, ensino, assistência social...)?	SIM NÃO
19. O conteúdo da lei orçamentária é desdobrado até o nível de elemento econômico da despesa? (LFnº 4.320/64, art. 15)	SIM NÃO
20. Na lei orçamentária, há previsão para abertura de créditos adicionais por decreto?	Sim Qual o percentual? Não
21. As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser	SIM Informe o número do artigo:

QUESITOS	RESPOSTAS
realizadas por decreto?	NÃO
22. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias estão definidos os critérios de contingenciamento?	SIM Informe o número do artigo:
	NÃO
23. Há previsão para a inclusão de emendas parlamentares no orçamento?	SIM Informe o número do artigo:
	NÃO
24. Os setores da Prefeitura têm conhecimento prévio da previsão de receita cabível para elaborarem suas dotações?	SIM
	NÃO
25. Há acompanhamento da execução do planejamento?	SIM
	NÃO
25.1. Quem é o responsável pelo acompanhamento da execução do planejamento?	Gabinete do Prefeito
	Setor de planejamento
	Cada setor é responsável pela execução de seu planejamento
25.2 Existem avaliações formais (relatórios) quanto à:	<p>( ) Percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade - 10</p> <p>( ) Análise quanto a se Programas, Metas e Ações são mensurados por um ou mais indicadores próprios e adequados, e que permitam aferir a situação atual (aquela que se pretende modificar) e os avanços obtidos ao longo da execução do programa (em direção àquela mudança pretendida) - 10</p> <p>( ) Avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e</p>

QUESITOS	RESPOSTAS
	deficiências do município - 10
25.3 Sobre programas, ações e metas do PPA:	( ) Há estudo para elaboração/definição dos programas do PPA - 10 ( ) Os programas articulam um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou necessidade da sociedade - 10 ( ) Os indicadores são mensuráveis e estão coerentes com as metas físico-financeiras estabelecidas - 10 ( ) As metas físicas e financeiras são desafiadoras e pertinentes à realidade do município - 10
25.4 O monitoramento da execução orçamentária serve de retroalimentação para o replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias?	SIM, COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS PARA O PREFEITO – 10
	SIM, SEM FORMALIZAÇÃO PARA O PREFEITO – 05
	NÃO - 00
26. Há relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?	SIM
	NÃO
26.1. Qual o conteúdo dos relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária? Obs.: É possível selecionar várias opções	Dotações previstas e executadas;
	Programas previstos e executados;
	Projetos, atividades e operações especiais previstos e executados;
	Outros (Quais?)
27. As peças que compõem o planejamento são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos X realizados?	SIM
	NÃO
27.1. Onde ocorre a divulgação dessas peças? Obs.: É possível selecionar várias opções	Portal de Transparência
	Site da Prefeitura
	Mural
	Outros (Quais?)
28. Há dotação orçamentária para atenção prioritária à criança	SIM

QUESITOS	RESPOSTAS
e ao adolescente? (CF, art. 227, caput; LF nº 8.069/90, art. 4º, caput e parágrafo único, "b", "c" e "d")	Qual a dotação prevista? Qual o valor empenhado? Qual o valor liquidado? NÃO
29. Foi observado o cumprimento da legislação relativa à pessoa com deficiência e as normas de acessibilidade vigentes? (LF nº 13.146/15)	SIM
	NÃO
30. O Sistema de Controle Interno foi regulamentado? (CF, art. 31)	SIM – 00
	NÃO - -10 (perde 10 pontos)
30.1. O instrumento normativo define competências e atribuições do Controle Interno?	SIM
	NÃO
31. O Responsável pelo Controle Interno ocupa cargo efetivo na Administração Municipal?	SIM
	NÃO
32. Há realização de audiências públicas para debater as metas fiscais? (LRF, art. 9º, § 4º)	SIM
	NÃO
33. Foi criada e estruturada a Ouvidoria do Órgão?	SIM
	NÃO
33.1. A Ouvidoria do Órgão está em funcionamento?	SIM
	NÃO Justifique:

34. Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário? Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

## PONTOS ADICIONAIS

A fiscalização poderá selecionar algum assunto para aumentar ou reduzir a pontuação do município em 50 pontos e apresentará no relatório de fiscalização das contas da prefeitura os argumentos.

Caso a soma dos pontos ultrapasse 500, será considerada a pontuação máxima do i-Plan como 500.

Caso a soma dos pontos seja inferior a ZERO, será considerada a pontuação mínima de ZERO para o i-Plan.

<b>TOTALIZAÇÃO</b>	<b>Peso da Dimensão Planejamento</b>
Pontos máximos: 500 Pontos mínimos: 000	i-PLAN/TCESP: 20/100 – 0,20 (20%)

**FÓRMULA MATEMÁTICA**  
**i-PLAN/TCESP = (Somatório dos indicadores)/500**

## 9.4 SÍNTESE: i-FISCAL

### MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DOS ASPECTOS FISCAIS

Os índices serão apoiados pelo Sistema AUDESP em bases multivaloradas.

Cada indicador deste índice possui peso em função da sua importância, reflexo sobre as finanças públicas e em relação à gestão. Assim, na melhor hipótese, se todos os indicadores alcançarem pontuação máxima, o valor pontuado deste índice é 100. A pontuação de cada indicador será apurada conforme segue:

- Análise da Receita (Execução Orçamentária)

*Divisão da receita arrecadada pela receita prevista atualizada, com base nos dados da execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual, respectivamente, por meio do seguinte cálculo:*

$$O / P = Q$$

Seja “O” a receita arrecadada;

Seja “P” a receita prevista atualizada;

Seja “Q” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “Q” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,5	0
Maior que 1,15 e menor que 1,5	Graduação entre 100 e 0
Maior ou igual a 0,85 e menor ou igual a 1,15	100
Maior que 0,5 e menor que 0,85	Graduação entre 0 e 100
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados maiores que 1,15 e menores que 1,5, a graduação será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Q - 1,5) * (-1) / 0,35) * 100$$



Por exemplo, se  $Q = 1,25$ , a nota do indicador será 71,43 pontos.

Para resultados maiores que 0,5 e menores que 0,85, a graduação será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Q - 0,5)/0,35) * 100$$

Por exemplo, se  $Q = 0,75$ , a nota do indicador será 71,43 pontos.

- Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

*Divisão da despesa executada pela despesa fixada final, com base nos dados da execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual, respectivamente, por meio do seguinte cálculo:*

$$R / S = T$$

Seja "**R**" a despesa executada;

Seja "**S**" a despesa fixada final;

Seja "**T**" o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que "**T**" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,1	0
Maior que 1,0 e menor que 1,1	Graduação entre 100 e 0
Maior ou igual a 0,9 e menor ou igual a 1,0	100
Maior que 0,5 e menor que 0,9	Graduação entre 0 e 100
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados maiores que 1,0 e menores que 1,1<sup>8</sup> será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((T - 1,1)*(-1)/0,10) * 100$$

Por exemplo, se  $T = 1,05$ , a nota do indicador será 50 pontos.

---

<sup>8</sup> Leva-se em consideração que a falta de economia na despesa eleva o risco de aumento do endividamento de curto prazo, na medida em que, normalmente, uma parte da receita do orçamento municipal é utilizada para o pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores.

Para resultados maiores que 0,5 e menores que 0,9, a graduação<sup>9</sup> será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((T - 0,5)/0,4) * 100$$

Por exemplo, se  $T = 0,75$ , a nota do indicador será 62,5 pontos.

- Análise do Resultado da Execução Orçamentária

*Diferença entre receita arrecadada e despesa executada dividida pela receita realizada, excluídos os créditos adicionais abertos com base em superávit financeiro, com base nos dados da execução orçamentária anual, por meio do seguinte cálculo:*

$$R / O = V$$

Seja "**R**" a despesa executada;

Seja "**O**" a receita arrecadada;

Seja "**V**" o resultado do indicador procurado.

Se o resultado do indicador for maior que 1 e menor que 1,2, é necessário um novo cálculo, conforme segue:

$$|(O - R)| = X$$

Onde "**X**" é a diferença, em módulo, da receita e da despesa. Em seguida, compara-se "**X**" com o valor dos créditos abertos com fundamento no superávit financeiro: se o crédito for igual ou maior, significa que o déficit orçamentário está coberto pelo superávit financeiro; se for menor, não há cobertura financeira para o déficit orçamentário.

Em qualquer hipótese, a pontuação será conferida conforme a tabela a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual 1,2	0
Maior que 1,1 e menor que 1,2 (com cobertura do déficit)	Graduação entre 100 e 0

<sup>9</sup> Leva-se em consideração que a economia realizada potencializa o risco de comprometimento da prestação dos serviços que o município deve fazer à sua sociedade, evidenciando também a tendência do planejamento inicial desconsiderar a realidade local.

Maior que 1,0 e menor que 1,2 (sem cobertura do déficit)	0
Maior que 1,0 e menor ou igual a 1,1 (com cobertura do déficit)	100
Maior ou igual a 0,9 e menor ou igual a 1,0	100
Maior que 0,75 e menor que 0,9	Graduação entre 0 e 100
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados maiores que 1,1 e menores que 1,2, a graduação<sup>10</sup> será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((V - 1,2) * (-1) / 0,10) * 100$$

Por exemplo, se  $V = 1,15$ , a nota do indicador será 50 pontos.

Para resultados maiores que 0,75 e menores que 0,90, a graduação<sup>11</sup> será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((V - 0,75) / 0,15) * 100$$

Por exemplo, se  $V = 0,8$ , a nota do indicador será 33,33 pontos.

- Análise dos Restos a Pagar – Até o Bimestre (Dívida Flutuante)

*Divisão dos pagamentos realizados dos restos a pagar pela sua posição inicial, com base nos dados apurados no Relatório de Instrução, item GF26, gerado pelo Sistema AUDESP. O cálculo é realizado da seguinte forma:*

$$W / Y = Z$$

Seja **“W”** os pagamentos realizados dos restos a pagar;

Seja **“Y”** a posição inicial dos restos a pagar;

<sup>10</sup> Leva-se em consideração o implícito aumento no endividamento, com consequências reais sobre as finanças públicas e até possibilidade de execução orçamentária sem autorização legislativa.

<sup>11</sup> Leva-se em consideração que a entidade está realizando uma economia considerável de recursos, com risco de comprometimento da prestação dos serviços para a sociedade local.

Seja “Z” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “Z” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,95	100
Maior que 0,75 e menor que 0,95	Graduação entre 0 e 100
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados maiores que 0,75 e menores que 0,95, a graduação será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Z - 0,75)/0,20) * 100$$

Por exemplo, se  $Z = 0,80$ , a nota do indicador será 25 pontos.

- Despesas com Pessoal – Poder Executivo

*Informação extraída do Relatório de Instrução, item GF27, gerado pelo Sistema AUDESP, que apresenta o cálculo por poder.*

Resultado	Pontuação
Maior que 0,54	0
Maior ou igual a 0,513 e menor ou igual a 0,54	Graduação entre 50 e 100
Menor que 0,513	100

Para resultados maiores ou iguais a 0,513 e menores ou iguais a 0,54, a graduação<sup>12</sup> será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “AA” o resultado do indicador:

---

<sup>12</sup> Levam-se em consideração as diversas restrições que a LRF estabelece quando se atinge o limite prudencial. Assim, cabe ao município acompanhar o conjunto de políticas fiscais, para evitar atingir tal limite.

$$(((AA - 0,54) * -1/0,027) * 40) + 10$$

Por exemplo, se AA = 0,515, a nota do indicador será 47,04 pontos.

- Despesas com Pessoal – Poder Legislativo

*Informação extraída do Relatório de Instrução, item GF27, gerado pelo Sistema AUDESP, que apresenta o cálculo por poder.*

Resultado
Maior que 0,06
Maior ou igual a 0,057 e menor ou igual a 0,06
Menor que 0,057

- Apuração do Resultado Financeiro (Superávit/Déficit)

*Divisão entre ativo e passivo financeiro, conforme Balanço Patrimonial gerado pelo Sistema AUDESP, por meio do seguinte cálculo:*

$$AC / AD = AE$$

Seja “AC” o ativo financeiro;

Seja “AD” o passivo financeiro;

Seja “AE” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “AE” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,3	0
Maior que 1,1 e menor que 1,3	Graduação entre 100 e 0
Maior ou igual a 1,0 e menor ou igual a 1,1	100
Maior que 0,75 e menor que 1,0	Graduação entre 0 e 100
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados maiores que 1,1 e menores que 1,3<sup>13</sup> será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AE - 1,30)*(-1)/0,20)* 100$$

Por exemplo, se AE = 1,2, a nota do indicador será 50 pontos.

Para resultados maiores que 0,75 e menores que 1,0, a graduação<sup>14</sup> será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AE - 0,75)/0,25)* 100$$

Por exemplo, se AE = 0,9, a nota do indicador será 60 pontos.

- Apuração da Dívida Fundada (Aumento/Redução)

*Valor extraído do Relatório de Instrução, item GF-28, gerado pelo Sistema AUDESP.*

Resultado
Maior que 1,2
Maior ou igual a 1,1 e menor ou igual a 1,2
Menor que 1,1

- Apuração dos Pagamentos dos Precatórios

*Divisão entre o estoque final e o estoque inicial no exercício em análise, extraídos da contabilidade encaminhada pelo Sistema AUDESP, conforme o cálculo a seguir:*

$$AG / AH = AI$$

Seja "**AG**" o estoque final dos precatórios;

Seja "**AH**" o estoque inicial dos precatórios;

Seja "**AI**" o resultado do indicador procurado.

---

<sup>13</sup> Levam-se em consideração um superávit elevado, de maneira que a economia que está sendo realizada poderá comprometer a qualidade dos serviços públicos obrigatórios.

<sup>14</sup> Leva-se em consideração que a entidade está gastando mais do que arrecadando, potencializando o risco de insolvência futura.

Conforme o resultado que "AI" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,0	0
Maior que 0,9 e menor que 1,0	Graduação entre 100 e 10
Menor ou igual a 0,9	100

Para resultados maiores que 0,9 e menores que 1,0, a graduação será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AI - 1,0)*(-1)/0,10)* 100$$

Por exemplo, se AI = 0,95, a nota do indicador será 50 pontos.

- Repasse de Duodécimos às Câmaras

*Valor extraído da contabilidade do município apurado com base no item "Transferências à Câmara dos Vereadores" do modelo de relatório de contas municipais.*

Resultado	Pontuação
Maior que o limite	REBAIXAR IEG-M PARA FAIXA C
Menor ou igual ao limite	00

- Transparência: Atas de Elaboração, Avaliação e Aprovação, Pareceres e Publicações Realizadas: Informações extraídas do Sistema AUDESP – relatório de situação de entrega.

Resultado	Pontuação
Encaminhou no prazo	100
Encaminhou fora do prazo	75
Não encaminhou	0

- Dívida Ativa: Percentual de Recebimento

*Nível de recebimento da dívida em relação ao estoque inicial, com base no Relatório de Análises Anuais Eletrônicas do Sistema AUDESP.*

Resultado	Pontuação
Igual a 0	0
Maior que 0,0 e menor que 0,1	Graduação entre 0 e 100
Maior ou igual 0,10	100

Para resultados maiores que 0,0 e menores que 0,1, a graduação será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja "**AL**" o resultado do indicador:

$$(AL/0,10) * 100$$

Por exemplo, se  $AL = 0,05$ , a nota do indicador será 50 pontos.

- Dívida Ativa: Percentual de Cancelamento

*Nível de cancelamento da dívida em relação ao estoque inicial, com base no Relatório de Análises Anuais Eletrônicas do Sistema AUDESP.*

Resultado	Pontuação
Igual a 0	100
Maior que 0,0 e menor que 0,1	Graduação entre 100 e 0
Maior ou igual a 0,10	0

Para resultados maiores que 0,0 e menores que 0,1, a graduação será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja "**AM**" o resultado do indicador:

$$((AM - 0,10) * (-1)/0,10) * 100$$

Por exemplo, se  $AM = 0,05$ , a nota do indicador será 50 pontos.

- Alertas do Sistema AUDESP

*Quantidade de alertas gerados pelo Sistema AUDESP no exercício.*



Resultado	Pontuação
Menor ou igual a 20	50
Maior que 20 e menor que 41	25
Maior ou igual a 41	00

- Balancetes Rejeitados/Não Enviados

*Quantidade média de balancetes rejeitados/não enviados pelo município no exercício.*

Resultado	Pontuação
Menor ou igual a 1	50
Maior que 1 e menor que 18	25
Maior ou igual a 18	00

- Resultado Primário (Operacional)

*Mede a capacidade de reduzir o endividamento municipal.*

A variável "Resultado Primário Realizado" é extraída do documento "Demonstrativo do Resultado Primário" do 6º bimestre de cada ano, da linha "RESULTADO PRIMÁRIO (VIII-XVII)", que evidencia a diferença entre as Receitas realizadas e as Despesas Liquidadas até o Bimestre, item GF20 das análises realizadas pelo Sistema Audesp.

$$RP = RR - DL$$

Onde:

RP = Resultado primário (operacional)

DL = Despesas Liquidadas até o Bimestre

RR = Receitas realizadas

Resultado	Pontuação
Acima de ZERO	100
Igual a ZERO	60
Abaixo de ZERO	00

- Índice de Liquidez Imediata

*Verifica a capacidade de pagamento com recursos do ativo disponível.*

As variáveis são extraídas do Relatório de Análises Anuais Eletrônicas – RAAE, item 4.1 – Capacidade de Pagamento com Recursos do Ativo Disponível.

Na linha “Capacidade de Pagamento com Recursos do Ativo Disponível”, obter o dado apurado da coluna do “Ano” em exame (segunda coluna). Em seguida, comparar este valor com as seguintes hipóteses:

Fórmula de apuração:

$$IL = \frac{D}{PC}$$

Onde:

IL = Índice de Liquidez Imediata

D = Disponível

PC = Passivo Circulante

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1	100
Maior que 0,8 e menor que 1	Graduação entre 0 e 100
Menor ou igual a 0,8	00

Para resultados maiores que 1,0 e menores que 0,8, a graduação será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “IL” o resultado do indicador e “P” a pontuação:

$$P = \frac{(IL - 0,80) * 100}{0,2}$$

Por exemplo, se IL = 0,81, a nota do indicador será 5 pontos.

Quesitos adicionais ao índice componente:

QUESITO	RESPOSTA
1. Os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social do ano de 2017 foram realizados em	TODOS OS REPASSES FORAM DENTRO DO PRAZO LEGAL – 50

qual prazo?	A MAIOR PARTE DOS REPASSES RECOLHIDOS ATÉ 30 DIAS APÓS O VENCIMENTO – 30
	A MAIOR PARTE DOS REPASSES RECOLHIDOS DE 31 A 90 DIAS DO VENCIMENTO – 10
	A MAIOR PARTE DOS REPASSES RECOLHIDOS ACIMA DE 90 DIAS DO VENCIMENTO – 05
	OS REPASSES NÃO FORAM REALIZADOS - 00
2. A Prefeitura aderiu a algum parcelamento de encargos sociais (Regime Geral/Regime Próprio)?	SIM
	NÃO
2.1. As parcelas estão sendo pagas no vencimento?	todas as parcelas foram pagas no vencimento (sem atraso)
	A maior parte das parcelas pagas até 30 dias do vencimento (até 1 mês de atraso) - - 05 (perde 5 pontos)
	A maior parte das parcelas pagas de 31 a 90 dias do vencimento - -10 (perde 10 pontos)
	A maior parte das parcelas pagas acima de 90 dias do vencimento - - 15 (perde 15 pontos)
	as parcelas não foram pagas - -20 (perde 20 pontos)
3. Há normatização da estrutura organizacional da administração tributária?	SIM
	NÃO
3.1. Qual o número de cargos de fiscais preenchidos?	EFETIVO
	EM COMISSÃO
	TERCEIRIZADO
3.2. Quantos servidores da administração tributária ficam lotados especificamente nos setores de:	LANÇAMENTO
	FISCALIZAÇÃO
	ARRECADAÇÃO
	DÍVIDA ATIVA
	RECURSOS
	SEM VINCULAÇÃO ESPECÍFICA
4. O município tem adotado medidas efetivas para aumento da arrecadação?	SIM – 50
	Quais medidas?
	NÃO – 00
5. O instrumento da planta genérica de valores (PGV)	SIM – 20

foi aprovado por lei, conforme previsto no CTN? Arts. 33, 97 e 148 do CTN	NÃO – 00
5.1. A lei orçamentária ou código tributário municipal preveem a revisão periódica obrigatória da planta genérica de valores (PGV)?	SIM – 00
	Qual a data da última atualização? NÃO - -10 (perde 10 pontos)
6. Qual a periodicidade da atualização geral do cadastro imobiliário?	MENOS DE 1 ANO
	ENTRE 1 E 2 ANOS
	MAIS DE 2 ANOS
7. Na cobrança de IPTU são adotadas alíquotas progressivas em relação ao valor do imóvel?	SIM
	NÃO
8. O município adota programa de isenção de IPTU?	SIM
	NÃO
8.1. Quais os critérios estabelecidos para a concessão da isenção de IPTU?	( ) não possuir outro imóvel ( ) utilizar o imóvel como residência ( ) rendimento mensal máximo ( ) valor venal máximo do imóvel ( ) outros. Descreva
9. O município auferir receita de ISS incidente sobre os serviços relacionados pelo setor bancário?	SIM
	NÃO
9.1. Quais os tipos de fiscalização específica do ISS sobre o setor bancário que a prefeitura efetua?	( ) serviços bancários - 10 ( ) operações com cartão de crédito/débito - 10 ( ) operações de leasing (arrendamento mercantil) - 10 ( ) outros serviços. Quais? - 10
10. Há fiscalização automatizada periódica para detectar contribuintes que deixam de emitir a NFS-e por um determinado período ou apresentem queda acentuada em suas operações, a fim de detectar o fim das atividades ou a sonegação do ISS?	SIM – 20
	NÃO – 00
11. O município estabelece alíquotas progressivas para o ITBI, com base no valor venal do imóvel? Súmula 656 – STF	SIM
	NÃO
12. As renúncias de receitas, decorrentes da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária são precedidas de estudos do impacto orçamentário-financeiro, nos termos do artigo 14 da LRF?	SIM, TODAS AS RENÚNCIAS POSSUEM ESTUDO NOS TERMOS DO ARTIGO 14 DA LRF
	NEM TODAS AS RENÚNCIAS POSSUEM ESTUDO NOS TERMOS DO ARTIGO 14 DA LRF
	NÃO POSSUEM ESTUDO NOS TERMOS DO ARTIGO 14

	DA LRF
	NÃO HÁ RENÚNCIA DE RECEITAS
12.1 O Anexo de Metas Fiscais, que integra a LDO, contém demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita para o respectivo exercício orçamentário? (inc V, §2º, art 4º, LRF).	SIM
	A MAIOR PARTE DAS RENÚNCIAS
	A MENOR PARTE DAS RENÚNCIAS
	NÃO
12.2 Os incentivos fiscais concedidos com o objetivo de atrair investimentos e proporcionar o desenvolvimento econômico e social são permanentemente avaliados quanto à eficiência e ao alcance do retorno e resultados esperados?	SIM
	A MAIOR PARTE DOS INCENTIVOS
	A MENOR PARTE DOS INCENTIVOS
	NÃO
13. Há regulação específica que estabeleça critérios para a inscrição de débitos em dívida ativa?	SIM – 20
	NÃO – 00
13.1 Há dispositivo específica que estabeleça critérios para o início do trâmite da execução judicial da dívida ativa?	SIM – 00
	NÃO - -10 (perde 10 pontos)
13.2 Há mecanismos específicos de restrição e controle na inadimplência nos parcelamentos da dívida ativa?	SIM – 00
	NÃO - -10 (perde 10 pontos)
14. Foi instituída a CIP – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública?	SIM
	Qual o tipo e o número da lei?
	NÃO
14.1 Os recursos da CIP foram movimentados em contas específicas? (LRF, art. 8º, parágrafo único)	SIM
	NÃO
15. O Município assumiu os ativos da iluminação pública? (Resolução ANEEL nº 414/10)?	SIM
	PARCIALMENTE
	NÃO
15.1 Os ativos foram detalhadamente discriminados para a necessária incorporação patrimonial?	SIM
	PARCIALMENTE
	NÃO
16. O Município executa diretamente os serviços relacionados à iluminação pública?	SIM
	NÃO
17. O município auferir receita de ISSQN incidente sobre as atividades dos cartórios?	SIM
	NÃO

18. O município possui Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)?	SIM O município possui Certificado de Regularidade Previdenciária no prazo de validade? (sim/não)
	NÃO O município possui qual tipo de Certidão de Regularidade Fiscal junto a Receita Federal do Brasil? ( ) Certidão Negativa de Débitos - CND ( ) Certidão Positiva de Débitos com efeitos de Negativa - CPEN ( ) Certidão Positiva - CP ( ) Não possui Certidão de Regularidade Fiscal válida
19. O município efetuou, no exercício de 2017, compensação de encargos sociais junto à Receita Federal do Brasil?	SIM
	NÃO

20. Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário? Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

## PONTOS ADICIONAIS

A fiscalização poderá selecionar algum assunto para aumentar ou reduzir a pontuação do município em 150 pontos e apresentará no relatório de fiscalização das contas da prefeitura os argumentos.

Caso a soma dos pontos ultrapasse 1500, será considerada a pontuação máxima do i-Fiscal como 1500.

Caso a soma dos pontos seja inferior a ZERO, será considerada a pontuação mínima de ZERO para o i-Fiscal.

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Fiscal
Pontos máximos: 1500 Pontos mínimos: 000	i-FISCAL/TCESP: 20/100 – 0,20 (20%)

**FÓRMULA MATEMÁTICA**  
**i-FISCAL/TCESP = (Somatório dos indicadores)/1500**

## 9.1 SÍNTESE: i-EDUC

### MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA EDUCAÇÃO

Os índices serão apoiados pelo Sistema AUDESP em bases multivaloradas.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>1. A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano)?</p> <p><b>Obs.:</b> Ações e medidas <b>documentadas</b>, apenas ligação para telefone cadastrado do aluno não caracteriza medida para reduzir a taxa de abandono.</p>	SIM – 05
	Informe as ações e medidas realizadas:
	Informe a quantidade de crianças que abandonaram a escola pelos seguintes motivos: - dificuldade de acesso à escola: - desinteresse: - necessidade de trabalhar: - outros: Especifique:
	NÃO – 00
<p>2. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2017?</p>	SIM – 05
	Informe: - descreva a pesquisa/estudo: - número de crianças matriculadas na creche: - número de crianças de 0 a 3 anos não atendidas:
	NÃO – 00
<p>3. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2017?</p>	SIM – 05
	Informe: - descreva a pesquisa/estudo: - número de crianças matriculadas na pré-escola: - número de crianças de 4 a 5 anos não atendidas: (se > 0 = perde 5 pontos - meta PNE e LDB)
	NÃO – 00



QUESITOS	PONTUAÇÕES
4. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) escolar em 2017?	SIM – 03
	Informe: - descreva a pesquisa/estudo: - número de crianças matriculadas nos Anos Iniciais: - número de crianças de 6 a 10 anos não atendidas: (se > 0 = perde 3 pontos - meta do PNE e LDB)
	NÃO – 00
5. A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar no ano de 2017? Obs. Prova Brasil e SARESP são programas do governo federal e estadual, não são considerados programas municipais	SIM, avaliação própria ou prova padronizada – 03 Obs. Prova padronizada é uma prova aplicada aos alunos com as mesmas questões para todas as escolas ao mesmo tempo.
	Sim, avaliação de empresa contratada (terceirizada) – 03
	Não aplicou – 00
6. Que indicador(es) de qualidade foram utilizados pela prefeitura municipal para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	<input type="checkbox"/> IDEB Referente ao IDEB, informe: Ano da última avaliação: Nota do município na última avaliação: Meta do município na última avaliação:
	<input type="checkbox"/> IDESP Referente ao IDESP, informe: Ano da última avaliação: Nota do município na última avaliação: Meta do município na última avaliação:
	<input type="checkbox"/> Outro - Qual? Referente a Outro indicador, informe: Ano da última avaliação: Nota do município na última avaliação: Meta do município na última avaliação:
7. Há publicação trimestral das receitas e despesas relativas à Educação? (CE, art. 256)	SIM
	PARCIALMENTE
	NÃO
8. O município possui o Plano Municipal de Educação?	SIM – 00 Informe nº da lei e data da promulgação:

QESITOS	PONTUAÇÕES
	NÃO – -1 (PERDE 1 PONTO)
<p>9. Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?</p>	<p>SIM – 03 Qual a quantidade de computadores em funcionamento e com acesso à rede (banda larga) destinados às aulas de informática em todas as escolas do município? Obs. Quantidade de computadores em funcionamento = total de computadores destinados aos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em todas as escolas do município. Se nº de alunos por computadores no turno (manhã, tarde, noite ou integral) &gt; 10 = -02 (perde 2 pontos)</p> <p>NÃO – 00</p>
<p>10. Sobre a infraestrutura das escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), informe:</p>	<p>Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças com deficiência (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação): Cálculo da Nota:  <math>NF = P \times P_{m\acute{a}x}</math>  Legenda: P = Proporção de escolas adaptadas NF = Nota Final do quesito Pmax = Pontuação máxima = 5 pontos</p> <p>Quantidade de escolas que possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m):</p>
<p>11. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2017, responda:</p>	<p>Quantas unidades de ensino necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc) em dezembro de 2017? Cálculo da Nota:  <math>NF = (1-P) \times P_{m\acute{a}x}</math>  Legenda: P = Proporção de unidades que necessitavam de reparos NF = Nota Final do quesito Pmax = Pontuação máxima = 5 pontos</p>

QUESITOS	PONTUAÇÕES
	Quantas unidades de ensino tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura?
12. Qual a quantidade de dias letivos no ano de 2017?	
13. Qual o piso salarial mensal dos professores no município? Obs. Considerar o piso base para 40 horas semanais.	Creche:
	Pré-escola:
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):
14. O município divulga e cumpre o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista?	SIM – 03
	NÃO – 00
15. Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar?	SIM Qual a média de tempo (em minutos)?
	NÃO
16. Qual a idade média da frota escolar, em anos? Obs. Idade média = (Ano de 2017 (-) Ano de fabricação de cada veículo)/número total de veículos da frota escolar	
17. Como é feita a preparação da merenda no município?	Cozinha piloto própria
	Nas escolas (que possuem merendeiras)
	Terceirizada
	Qual o custo unitário médio do almoço? Qual o CNPJ da empresa contratada?
18. Existe um controle por meio de relatórios elaborado pela nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal?	SIM, semanalmente – 02
	SIM, mensalmente – 01
	NÃO – 00
19. Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de	SIM – 05

QUESITOS	PONTUAÇÕES
licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996?	NÃO – 00  Qual o percentual de professores que possuem?
20. O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?	SIM – 04  Qual a quantidade de visitas que o CAE realizou nas escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano de 2017?  NÃO – 00
21. O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal?  Obs.: Não considerar Programa Ler e Escrever, que é um treinamento voltado para os professores.	SIM – 04 Qual?  Percentual de cobertura - 1º ano:  Percentual de cobertura - 2º ano:  Percentual de cobertura - 3º ano:  Percentual de cobertura - 4º ano:  Percentual de cobertura - 5º ano:  NÃO – 00
22. Informe o número de turmas no ano de 2017: Obs: Dados referentes às escolas municipais	Creche: Pré-escola: Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):
23. Informe a quantidade de docentes na Secretaria Municipal da Educação no ano de 2017 atuando como:	Professores com atribuição em sala de aula: Diretores de escola: Vice-diretores de escola: Coordenadores Pedagógicos: Professores que desempenharam outras funções de natureza pedagógica: Professores readaptados que desempenharam funções destituídas de natureza pedagógica: Professores não readaptados que desempenharam funções destituídas de natureza pedagógica:

QUESITOS	PONTUAÇÕES
	Professores afastados por licença médica
24. Na Rede Municipal de Ensino há atendimento educacional especializado para portadores de necessidades especiais?	SIM NÃO
25. Quantos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) vigente no ano de 2017?	Cálculo da Nota: NF = P x P <sub>máx</sub>  Legenda: P = Proporção de unidades que possuem AVCB  NF = Nota Final do quesito  P <sub>max</sub> = Pontuação máxima = 6 pontos
26. Informe o número de retenções (exceto as decorrentes de abandono) registradas no ano de 2017:	Anos Iniciais: Anos Finais:
27. Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais que tinham no ano de 2017:  Até 24 alunos: De 25 a 30 alunos: De 31 a 33 alunos: Acima de 33 alunos:	$NF = P_{max} \times \sum_{i=1}^4 Ni$ N1 = 1 x P1 N2 = 0,5 x P2 N3 = 0,25 x P3 N4 = 0 x P4  Legenda: Ni = Nota obtida por cada faixa de turmas Pi = Proporção de turmas em cada faixa NF = Nota final do quesito P <sub>max</sub> = Pontuação máxima = 3 pontos
28. Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais em que o espaço por aluno em sala de aula (área da sala dividido pelo nº de alunos) era: Superior ou igual a 1,875 m <sup>2</sup> :	$NF = P_{max} \times \sum_{i=1}^4 Ni$ N1 = 1 x P1

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>Superior ou igual a 1,20 e inferior a 1,875 m<sup>2</sup>:</p> <p>Superior ou igual a 1,00 e inferior a 1,20 m<sup>2</sup>:</p> <p>Inferior a 1,00 m<sup>2</sup>:</p>	<p><math>N2 = 0,5 \times P2</math></p> <p><math>N3 = 0,25 \times P3</math></p> <p><math>N4 = 0 \times P4</math></p> <p>Legenda:</p> <p>Ni = Nota obtida por cada faixa de área</p> <p>Pi = Proporção de turmas em cada faixa</p> <p>NF = Nota final do quesito</p> <p>Pmax = Pontuação máxima = 3 pontos</p>
<p>29. Informe o número de alunos matriculados dos Anos Iniciais (1º ao 5º ano) por turno no ano de 2017:</p>	<p>Manhã:</p> <p>Tarde:</p> <p>Noite:</p> <p>Período integral:</p>
<p>30. Informe a quantidade de professores efetivos no ano de 2017</p>	<p>Creche:</p> <p>Pré-escola:</p> <p>Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):</p>
<p>31. Informe a quantidade de professores temporários no ano de 2017</p>	<p>Creche:</p> <p>Pré-escola:</p> <p>Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):</p>
<p>32. Qual foi o número de aulas vagas nos Anos Iniciais (1º ao 5º ano) durante o ano de 2017?</p>	
<p>33. Quantos alunos dos Anos Iniciais (1º ao 5º ano do ensino fundamental), matriculados em escolas municipais, participaram, durante o ano de 2017, de projetos de recuperação ou reforço escolar?</p>	
<p>34. O Conselho Municipal de Educação aprovou as contas da Secretaria Municipal de Educação referente ao exercício de 2016?</p>	SIM
	<p>NÃO</p> <p>Quais os motivos da não aprovação?</p>
<p>35. Existem ações de aproximação da escola com as famílias e incorporação da comunidade à escola?</p>	SIM
	<p>Quais?</p> <p>NÃO</p>

QUESITOS	PONTUAÇÕES
36. Informe a porcentagem de professores efetivos com pós-graduação no ano de 2017:	Creche:
	Pré-escola:
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):
37. Informe a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): Obs. Todos os dias de ausência de professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano de 2017 (justificadas ou injustificadas)	Faltas injustificadas:
	Faltas justificadas:
	Licença médica:
	Licença maternidade/paternidade:
	Abonos:
	Outros: (inclusive ausências pontuais amparadas por lei).
38. Indique o número de escolas da rede pública municipal que possuíam as seguintes etapas no ano de 2017:	<p>Apenas Creche:</p> <p>Apenas Pré-Escola:</p> <p>Apenas Anos Iniciais:</p> <p>Apenas Anos Finais:</p> <p>Creche + Pré-escola:</p> <p>Pré-escola + Anos Iniciais</p> <p>Anos Iniciais + Anos Finais:</p> <p>Creche + Pré-escola + Anos Iniciais:</p> <p>Creche + Pré-escola + Anos Iniciais + Anos Finais:</p>
39. O Município possui, no planejamento, ações governamentais para enfrentamento ao bullying?	SIM Quais?
	NÃO
40. Quantos estabelecimentos de ensino estavam funcionando em período integral durante o exercício de 2017?	<p>Apenas Creche:</p> <p>Apenas Pré-Escola:</p> <p>Apenas Anos Iniciais:</p> <p>Apenas Anos Finais:</p>

QUESITOS	PONTUAÇÕES
	Creche + Pré-escola:  Pré-escola + Anos Iniciais  Anos Iniciais + Anos Finais:  Creche + Pré-escola + Anos Iniciais:  Creche + Pré-escola + Anos Iniciais + Anos Finais:
41. Quantos alunos da rede municipal concluíram o ano letivo de 2017 em escolas de tempo integral (7 horas ou mais por dia)?	Creche:  Pré-escola:  Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):
42. O Conselho Municipal de Educação é atuante e demonstra eficácia do controle social?	SIM – 04 Qual o número de irregularidades apontadas? Quantas irregularidades foram solucionadas?  NÃO – 00
43. Quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal em 2017?	Creche:  Pré-escola:  Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):
44. O município utiliza material didático elaborado por empresa terceirizada (livros e/ou apostilas de sistemas de ensino)?	SIM:  Informe a CNPJ e Razão social da(s) empresa(s)  NÃO
45. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os professores?	Não existe pagamento de horas extras  Realização de feiras e eventos aos finais de semana  Absenteísmo de professores  Cobertura de férias e licenças  Não possui equipe completa  Outro - qual?
46. Todos os condutores da frota escolar possuem CNH (Carteira Nacional de Habilitação) válida, na categoria "D" ou "E"?	SIM  NÃO Qual o percentual que não possui CNH válida?
47. Qual a data de início do ano letivo de 2017?	



QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>48. Qual a quantidade total de professores/profissionais de educação em sala de aula para atendimento constante e direto dos alunos da rede municipal?</p>	Creche:
	Pré-escola:
	1º ano – Ensino Fundamental:
	2º ano – Ensino Fundamental:
	3º ano – Ensino Fundamental:
	4º ano – Ensino Fundamental:
	5º ano – Ensino Fundamental:
<p>49. Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda:            Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas?            Obs. A definição de biblioteca, segundo os critérios do FUNDEB, exige a presença de um Bibliotecário.</p> <p>Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura?            Caso a escola possua biblioteca e sala de leitura, considerar a escola apenas na biblioteca.            Dados fornecidos pelo Censo Escolar</p>	<p>Fórmula de cálculo:</p> $P = \frac{\text{nº de escolas com biblioteca ou sala de leitura}}{\text{nº de escolas no município}}$ $N = P \times P_{\text{máx}}$ <p><math>P_{\text{máx}} = 03</math> pontos</p>
<p>50. Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos na rede municipal?</p>	<p>SIM</p> <p>Data da entrega:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- se data <math>\leq</math> início das aulas = 04 pontos</li> <li>- se data <math>&lt;</math> início das aulas + 15 dias = 02 pontos</li> <li>- se data <math>\geq</math> início das aulas + 15 dias = 00 ponto</li> </ul>
	<p>NÃO – 00 ponto</p>
<p>51. Houve entrega do uniforme escolar à rede municipal no ano de 2017?</p>	<p>SIM</p> <p>Data da entrega:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- se data <math>\leq</math> início das aulas = 04 pontos</li> <li>- se data <math>&lt;</math> início das aulas + 60 dias = 02 pontos</li> <li>- se data <math>\geq</math> início das aulas + 60 dias = 00 ponto</li> </ul>
	<p>NÃO – 00 ponto</p>
<p>52. Existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais)?</p>	<p>SIM, com benefício financeiro; com processo de perícia médica municipal; com programas de prevenção à saúde do professor – 05</p>
	<p>NÃO: 00</p>

QUESITOS	PONTUAÇÕES
53. A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?	SIM: 00 ponto Qual o número da lei?
	NÃO: -1 (Menos um ponto)
53.1 O plano estimula a boa qualidade e a assiduidade dos professores, com avaliação de desempenho e mecanismo de premiação para os melhores resultados de professores (implantação de um regime meritocrático)?	SIM - 00
	NÃO - -1 (perde 1 ponto)
54. Informe o total de horas de treinamento e capacitação oferecidos pelo município destinados a professores no exercício de 2017:	Creche:
	Pré-escola:
	Ciclo I:
55. Houve entrega do Kit escolar à rede municipal no ano de 2017? <b>EXEMPLO</b> de composição de um kit escolar: - Caderno "Brochurão" – 4 unidades (96 folhas cada) - Caderno de Desenho – 1 unidade (96 folhas cada) - Régua 30 cm – 1 unidade - Lápis de cor grande (12 cores) – 2 caixa - Lápis grafite – 4 unidades - Lápis grafite de resina termoplástica – 4 unidades - Caneta esferográfica azul – 4 unidades - Apontador com depósito – 6 unidades - Borracha branca – 3 unidades - Tubo de cola branca – 3 unidades - Giz de cera (12 cores grande) – 1 caixa - Guache (12 cores) – 1 caixa	SIM Data da entrega: - se data <= início das aulas = 04 pontos - se data < início das aulas + 15 dias = 02 pontos - se data >= início das aulas + 15 dias = 00 ponto
	O kit escolar permanece no almoxarifado da escola e é retirado no momento do uso pelos alunos – 04 pontos
	NÃO – 00 ponto
56. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Educação no último exercício? (Não considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho)	8 ou mais reuniões – 04 pontos
	6 a 7 reuniões – 02 pontos
	4 a 5 reuniões – 01 ponto
	0 a 3 reuniões – 00 ponto
57. Quanto ao número de profissionais da educação não docentes (Ex: monitor, pedagoga, psicóloga, secretária, etc) atuantes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), informe:	Número de profissionais ocupantes de cargos de provimento efetivo:
	Número de profissionais temporários:
58. O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB vem cumprindo as atribuições de sua competência?	SIM – 02
	PARCIALMENTE - 01
	NÃO - 00
59. O Conselho de Alimentação Escolar vem cumprindo as atribuições de sua competência?	SIM – 02
	PARCIALMENTE - 01

QUESITOS	PONTUAÇÕES
	NÃO - 00
60. FUNDEB – (Dados parametrizados e calculados do Sistema AUDESP)	>= 95% – 02
61. FUNDEB – (Dados parametrizados e calculados do Sistema +AUDESP)	>= 60% Magistério - 02
62. A prefeitura aplicou o mínimo constitucional (apuração eletrônica no Sistema AudeSP)? *INCLUSA COMO REGRA DE REBAIXAMENTO DE NOTA NAS FAIXAS DE RESULTADO	SIM – 00 NÃO – REBAIXAR 1 faixa do IEG-M

63. Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário? Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

## PONTOS ADICIONAIS

A fiscalização poderá selecionar algum assunto para aumentar ou reduzir a pontuação do município em 10 pontos e apresentará no relatório de fiscalização das contas da prefeitura os argumentos.

Caso a soma dos pontos ultrapasse 100, será considerada a pontuação máxima do i-Educ como 100.

Caso a soma dos pontos seja inferior a ZERO, será considerada a pontuação mínima de ZERO para o i-Educ.

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Educação
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-EDUC/TCESP: 20/100 – 0,20 (20%)

**FÓRMULA MATEMÁTICA**  
**i-EDUC/TCESP = (Somatório dos indicadores)/100**

## 9.2 SÍNTESE: i-SAÚDE

### MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA SAÚDE

Os índices serão apoiados pelo Sistema AUDESP em bases multivaloradas.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. O município possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica?	SIM – 10 Que tipo de sistema? ( ) CROSS ( ) Próprio ( ) Terceirizado Qual é o tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta?
	NÃO – 00
2. O município disponibiliza consultas médicas à distância utilizando instrumentos tecnológicos (telefone, Internet, etc.)? Obs. Não considerar marcação de consulta nem orientação médica emergencial.	SIM – -1 (perde 1 ponto)
	NÃO – 00
3. O Município divulga nas UBS em local acessível ao público a escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde contendo o nome e o horário de entrada e saída destes servidores?	SIM – 05
	NÃO – 00
4. Quantas unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros)?	<b>Método de cálculo:</b> $NF = P \times P_{m\acute{a}x}$
	Legenda: P = Proporção de unidades com AVCB NF = Nota Final do quesito Pmax = Pontuação máxima = 8 pontos
5. Quantas unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária?	<b>Método de cálculo:</b> $NF = P \times P_{m\acute{a}x}$
	Legenda: P = Proporção de unidades com álvara da Vigilância Sanitária NF = Nota Final do quesito Pmax = Pontuação máxima = 5 pontos
6. O município possui gestão de estoque dos materiais/insumos e medicamentos (Ex.: luvas, capotes, gorros, máscaras, seringas, antiinflamatórios, analgésicos, insumos odontológicos) para operacionalização da sua atenção básica: estoque mínimo, variação do estoque?	SIM (informatizada) – 05 Quantas unidades de saúde possuem? – se < total de unidades - -01 (perde 1 ponto)
	SIM (manual) – 03
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
7. O atendimento nas unidades municipais que prestam assistência em saúde já foi interrompido ou descontinuado por falta de insumos?	SIM - -01 (perde 1 ponto)
	NÃO - 00
8. O município possui o componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria estruturado?	SIM
	NÃO
9. A prefeitura realizou campanha anual ou incentivo em grupos de gestantes para a promoção do aleitamento materno? Obs.: A orientação passada durante as consultas não configura campanha anual ou incentivo.	SIM – 03
	NÃO – 00
10. Qual o percentual de cobertura da população-alvo, em média, nas campanhas de vacinação?	Referente ao calendário de vacinação do 1º ano de vida:
	Referente ao calendário de vacinação do 2º ano de vida:
	Referente ao calendário da população adulta:
11. O município identifica e mantém registro atualizado dos pacientes de quais fatores de risco/doenças crônicas?	<input type="checkbox"/> Hipertensão - 0,5 <input type="checkbox"/> Diabetes Mellitus - 0,5 <input type="checkbox"/> Obesidade - 0,5 <input type="checkbox"/> Asma - 0,5 <input type="checkbox"/> DPOC - Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica - 0,5 <input type="checkbox"/> Outros. Quais? - 0,5
12. O Conselho Municipal da Saúde aprovou as contas da Secretaria Municipal da Saúde referente ao exercício de 2016?	SIM
	NÃO Quais os motivos da não aprovação?
13. Os médicos cumprem integralmente sua jornada de trabalho?	SIM – 05
	Permanece apenas nas consultas agendadas – 02
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
14. As unidades básicas de saúde no município possuem condições técnicas para realização de tratamento supervisionado para os casos de tuberculose?	SIM, todas possuem – 05
	SIM, a maior parte das UBS possui – 03
	SIM, a menor parte das UBS possui – 01
	NÃO – 00
15. O município possui controle sobre os casos de tuberculose no ano de 2017? Obs. Incidência de novos casos, casos com exame anti-HIV, casos de tuberculose pulmonar bacilífera, taxa de cura, etc.)	SIM
	NÃO
15.1. Há pacientes de tuberculose em tratamento no município?	SIM Informe: Taxa de cura de tuberculose no município (todos os tipos): Taxa de cura de tuberculose pulmonar bacilífera no município (todos os tipos):
	NÃO
15.1.1. Sobre a incidência de tuberculose no município no ano de 2017, informe:	Total de casos novos de tuberculose (todos os tipos) diagnosticados no ano:
	Total de casos novos de tuberculose (todos os tipos) no ano com exame anti-HIV realizado:
	Total de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados no ano:
16. Qual o percentual de unidades com sala de vacinação com funcionamento em 05 dias da semana?	0%: 00 ponto
	01% – 49,99%: 01 ponto
	50% – 74,99%: 03 pontos
	75% ou mais: 05 pontos
17. Os médicos da UBS possuem sistema de controle de ponto eletrônico ou mecânico? (Exemplo de ponto eletrônico: biométrico; digital; etc.) Obs. Livro ponto não é controle eletrônico.	SIM – 03
	NÃO – 00
18. O município disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs de forma não presencial (ex: por	SIM – 03

QUESITOS	PONTUAÇÕES
meio de telefone, VOIP, Internet, toten)?	NÃO – 00
19. Foi realizada ação para a promoção da saúde bucal nas escolas? Obs.: Palestras e escovação não configuram consulta.	SIM, com consulta odontológica das crianças – 03
	SIM, somente com divulgação – 01
	NÃO – 00
20. Sobre a cobertura populacional das Equipes de Atenção Básica: Obs. Dados referente a dezembro de 2017	Número de Equipes de Saúde da Família (ESF):
	Número de Equipes de Atenção Básica (EAB):
	Número de Equipes de Saúde da Família Equivalentes (ESF equivalentes):
	Todas as equipes contam com médicos – 03
21. Sobre a presença de médicos nas ESF, informe: Obs. Em dezembro de 2017	A maior parte das equipes conta com médicos - 02
	A menor parte das equipes conta com médicos - 01
	As equipes não contam com nenhum médico - 00
	Número de exames do procedimento 02.03.01.001-9 Exame citopatológico cervico-vaginal/microflora:
22. Sobre a saúde da mulher na faixa etária de 25 a 64 anos, informe o número de exames realizados pelo município:	Número de exames do procedimento 02.03.01.008-6 Exame citopatológico cervico vaginal/microflora-rastreamento:
23. Qual o número de agentes comunitários de saúde no município? Obs. Em dezembro de 2017	
24. Quanto à saúde infantil no município no ano de 2017, informe:	Número de nascidos vivos de mães residentes no município (NV):
	Número total de nascidos vivos de mães residentes no município que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal na rede municipal de saúde:
	Número de óbitos de crianças com menos de 5 anos de idade (NO):
	Cálculo da Nota: $P = NO / NV * 1000$

QUESITOS	PONTUAÇÕES
	Se P <= 25 - 03 pontos Se P > 25 - 00 pontos
25. Sobre o Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 2 anos de idade, informe o percentual de cobertura:	Vacina Pentavalente (3ª dose):
	Vacina Pneumocócica 10-valente (2ª dose):
	Vacina Poliomielite (3ª dose):
	Vacina Tríplice Viral (1ª dose):
	Cálculo da Nota:  P = Cobertura de cada vacina x Pmáx  Pmáx = 01 Máximo de pontos = 04
26. Qual o número de consultas médicas básicas realizadas nas UBSs do município no último ano?	<NÚMERO>
	NÃO POSSUI REGISTRO
27. A gestão municipal de saúde realiza sistematicamente a análise e o acompanhamento da situação de saúde como subsídio para o planejamento e a tomada de decisões?	SIM
	NÃO
28. Existe registro do intervalo de tempo médio de espera entre a marcação de consulta em especialidade médica e seu efetivo atendimento na UBS (em dias)?	SIM Informe a quantidade de dias de espera:
	NÃO
29. O Conselho Municipal da Saúde é atuante e demonstra eficácia do controle social?	SIM – 05
	NÃO – 00
29.1 Qual o número de irregularidades apontadas?	
29.2 Quantas irregularidades foram solucionadas?	
29.3 Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde em 2017? (Não considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado a natureza do Conselho)	
30. Proporção de preenchimento do campo “ocupação” nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Número de notificações de agravos com o campo “Ocupação” preenchido com o código da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) correspondente, na versão disponibilizada pelo Sinan, em determinado ano e local de ocorrência do caso:



QUESITOS	PONTUAÇÕES
	Número total de casos de agravos relacionados ao trabalho notificados, em determinado ano e local de ocorrência:
31. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os médicos?	Não existe pagamento de horas extras
	Realização de campanhas e eventos aos finais de semana
	Absentéismo
	Cobertura de férias e licenças
	Não possui equipe completa
	Outros (Quais?)
31.1 Qual a quantidade total de horas extras em 2017 para médicos?	
32. A equipe de atenção básica desenvolve ações regulares de planejamento familiar e oferta métodos contraceptivos?	SIM
	NÃO
33. Sobre a dengue no município em 2017, informe:	Número de casos diagnosticados:
	Número de óbitos:
	Número de imóveis visitados em cada um dos seis ciclos preconizados. Ciclo I: Ciclo II: Ciclo III: Ciclo IV: Ciclo V: Ciclo VI:
	Número total de imóveis da área urbana do município:
34. O município possui Plano Municipal da Saúde atualizado, contendo metas físico-financeiras quantificáveis?	SIM – 04
	NÃO - 00
35. Existem ações conjuntas com outras secretarias municipais para prevenção e combate às drogas?	SIM Quais?
	NÃO

QUESITOS	PONTUAÇÕES
36. A Prefeitura possui estatística de número de dependentes químicos (drogas ilícitas)?	Sim Quantos dependentes químicos? Quantos foram recuperados?
	Não
37. Qual a quantidade de médicos ativos do município em Dezembro de 2017?  Carga horária: 20h; 30h ou 40h semanais.	20h: 30h: 40h:
38. Qual o intervalo de tempo médio de espera, em dias, entre a marcação de exames clínicos solicitados na consulta na UBS e sua efetiva realização?	
39. O município possui Ouvidoria da Saúde implantada?	SIM Qual a quantidade de atendimentos realizados no último ano?
	NÃO
39.1. A Ouvidoria de Saúde possui relatórios de atendimentos?	SIM
	NÃO
40. Houve a realização de audiências públicas trimestrais da Saúde? (LC 141/12, art. 36, § 5º).	SIM
	NÃO
41. O Fundo Municipal movimenta todos os recursos da Saúde mediante contas bancárias próprias?	SIM
	NÃO
42. O município tem implantado o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus)?	SIM
	Quantos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica existem no Município?
	Quantos destes estabelecimentos farmacêuticos têm implantado o sistema Hórus ou envia o conjunto de dados por meio do serviço <i>WebService</i> ?
	NÃO
43. Existe controle de resolutividade dos atendimentos dos pacientes?	SIM Qual o percentual de resolutividade?
	NÃO

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>44. Sobre as internações clínicas <b>de pacientes residentes no município</b> ocorridas em 2017, informe:</p>	Quantidade de internações clínicas ocorridas no município (Considere apenas as internações de pessoas residentes no município):
	Quantidade de internações por cada uma das condições sensíveis à atenção básica <b>abaixo</b> : (Considere apenas as internações de pessoas residentes no município):
	Doenças evitáveis por imunização e outras DIP:
	Anemia:
	Pneumonias bacterianas:
	Asma:
	Bronquites:
	Hipertensão:
	Insuficiência cardíaca:
	Diabetes mellitus:
	Epilepsias:
	Infecção no rim e trato urinário:
	Doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos:
Outras doenças sensíveis à atenção básica:	
Para responder às <b>questões 44</b> , considere a seguinte <u>lista CID-10 das Condições Sensíveis à Atenção Básica</u> :	
Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
1. Doenças evitáveis por imunização e outras DIP:	A15.0-A19.9, A33.0-A37.9; A50.0-A53.9, A95.0-A95.9, B05.0-B06.9, B16.0-B16.9, B26.0-B26.9, B50.0-B54.9, B77.0-B77.9, G00.0, I00-I02.9
2. Anemia:	D50.0-D50.9
3. Pneumonias bacterianas:	J13, J14, J15.3-J15.4, J15.8-J15.9, J18.1
4. Asma:	J45.0-J45.9
Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)

QUESITOS	PONTUAÇÕES
5. Bronquites:	J20.0-J21.9, J40-J42
6. Hipertensão:	I10, I11.0-I11.9
7. Insuficiência cardíaca:	I50.0-I50.9
8. Diabetes mellitus:	E10.0-E14.9
9. Epilepsias:	G40.0-G40.9
10. Infecção no rim e trato urinário:	N30.0-N30.9, N34.0-N34.3, N39.0
11. Doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos:	N70.0-N73.9, N75.0-N76.8
Considere como <u>Outras doenças sensíveis à atenção básica</u> as seguintes:	
Outras Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
12. Gastroenterites infecciosas e complicações:	A00.0-A09.9; E86.0-E86.9
13. Deficiências nutricionais	E40-E46.9, E50.0-E64.9
14. Infecções de ouvido, nariz e garganta	H66.0-H66.9, J00, J01.0-J03.9, J06.0-J06.9, J31.0-J31.9
15. Angina	I20.0-I20.9
16. Infecção da pele e tecido subcutâneo	A46, L01.0-L04.9, L08.0-L08.9
17. Síndrome da Rubéola Congênita	P35.0
<b>Observação:</b> o rol de causas das internações sensíveis à Atenção Básica acima não é idêntico à Lista Brasileira de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária, publicada pela Portaria MS/ SAS nº 221, de 17 de abril de 2008, embora seja baseado nesta.	
QUESITOS	PONTUAÇÕES
45. Houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde?	SIM
	NÃO
46. Informe a quantidade de internações de residentes do município em estabelecimentos de saúde no ano de 2017:	Por Hepatite A:
	Por Diarréia:
	Por doença Diarreica Aguda (DDA):
47. Qual o percentual de cobertura vacinal para influenza em maiores de 60 anos?	

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>48. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de saúde do município no ano de 2017, responda:</p>	<p>Quantas unidades de saúde necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc) em dezembro de 2017?</p> <p>Cálculo da Nota:</p> $NF = (1-P) \times P_{\text{máx}}$ <p>Legenda:  P = Proporção de unidades que necessitavam de reparos  NF = Nota Final do quesito  Pmax = Pontuação máxima = 5 pontos</p> <p>Quantas unidades de saúde tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura?</p>
<p>49. Sobre saúde materna e infantil no ano de 2017, informe:</p>	<p>Número de testes realizados para o diagnóstico da sífilis entre gestantes:</p> <p>Obs.: Considerar apenas os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>0202031179 VDRL</b> para detecção de sífilis em gestante.</li> <li>- <b>0214010082</b> teste rápido para sífilis em gestante.</li> </ul> <p>Número de partos normais do SUS:</p> <p>Obs.: Considerar apenas os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>0310010039</b> parto normal.</li> <li>- <b>0310010047</b> parto normal em gestação de alto risco.</li> </ul> <p>Número de partos cesarianos do SUS:</p> <p>Obs.: Considerar apenas os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>0411010026</b> parto cesariano em gestação de alto risco.</li> <li>- <b>0411010034</b> parto cesariano.</li> <li>- <b>0411010042</b> parto cesariano com laqueadura tubária.</li> </ul>

QUESITOS	PONTUAÇÕES
	Número de óbitos maternos (ocorridos após o término da gravidez referente a causas ligadas ao parto, puerpério e a gravidez) - NOM:
	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade:
	Cálculo da Nota: $P = (NOM / NV) * 100.000$ Legenda: NV = nascidos vivos no município  P <= 70 - 03 pontos P > 70 - 00 pontos
50. Sobre ações de matriciamento sistemático realizadas por Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) com equipes de Atenção Básica:	Nº de CAPS com pelo menos 12 registros de matriciamento da Atenção Básica no ano:
	Total de CAPS habilitados:
51. As despesas consideradas, para fins de apuração do mínimo constitucional de aplicação de recursos próprios em saúde, foram de responsabilidade específica do setor de saúde e com recursos municipais movimentados somente pelo Fundo Municipal de Saúde?	SIM
	NÃO
52. Existe controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS (horário de entrada x horário de atendimento médico)?	SIM Qual tempo médio de atendimento?
	NÃO
53. Sobre cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica:	Número de equipes de Saúde da Família com saúde bucal (ESB):
	Número de equipes de Atenção Básica parametrizadas com saúde bucal (ESB equivalentes):
54. Qual a quantidade de unidades de saúde (estabelecimentos físicos) existentes no município em 2017?	
55. O Município implantou e/ou estruturou a Central de Regulação da Saúde no Município?	SIM – 05
	NÃO - 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
56. Há controle do fluxo dos relatórios de referência e contra referência por especialidade?	SIM – 00 O controle é informatizado?
	NÃO - -1 (perde 1 ponto)
57. O Município possui protocolos de encaminhamento para realização de exames médicos e de consultas de especialidades para as referências?	SIM – 00
	NÃO - -1 (perde 1 ponto)
58. A Prefeitura/Secretaria da Saúde Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus profissionais de saúde?	SIM – 00
	NÃO - -1 (perde 1 ponto)
59. A gestão municipal remunera e premia os trabalhadores considerando o desempenho de acordo com metas e resultados pactuados com as equipes de atenção básica?	SIM – 05
	NÃO – 00
60. A prefeitura aplicou o mínimo constitucional? * APURAÇÃO ELETRÔNICA NO SISTEMA AUDESP	SIM – 00
	NÃO – REBAIXAR 1 FAIXA DO IEG-M

## PONTOS ADICIONAIS

A fiscalização poderá selecionar algum assunto para aumentar ou reduzir a pontuação do município em 10 pontos e apresentará no relatório de fiscalização das contas da prefeitura os argumentos.

Caso a soma dos pontos ultrapasse 100, será considerada a pontuação máxima do i-Saúde como 100.

Caso a soma dos pontos seja inferior a ZERO, será considerada a pontuação mínima de ZERO para o i-Saúde.

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Saúde
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-SAÚDE/TCESP: 20/100 – 0,20 (20%)

**FÓRMULA MATEMÁTICA**  
**i-SAÚDE/TCESP = (Somatório dos indicadores)/100**

## QUESITOS PARA PONTUAÇÃO NO IEG-E

Os próximos quesitos serão coletados pela Secretaria Municipal de Saúde sobre o papel do Estado de São Paulo e contabilizará pontuação no cálculo do i-Saúde do IEG-E (Índice de Efetividade da Gestão Estadual).

### Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
61. O apoio financeiro (cooperação financeira) dado, durante o exercício de 2017, pelo Estado ao município para cumprimento das responsabilidades previstas na legislação relacionada ao SUS é adequado?  (D)	SIM – 10
	NÃO – 00
61.1. Informe o valor total referente ao Repasse Estadual recebido pelo município em 2017.	
61.2. Informe o valor total referente ao Repasse Federal recebido pelo município em 2017.	
62. O apoio técnico (cooperação técnica) dado, durante o exercício de 2017, pelo Estado ao município para cumprimento das responsabilidades previstas na legislação relacionada ao SUS é adequado?  (D)	SIM – 10
62.1. Informe qual(is) o(s) principal(is) apoio(s) técnico(s) recebidos pelo município em 2017.	
63. O apoio financeiro dado pelo Estado para financiamento do componente básico da Assistência Farmacêutica, inclusive por intermédio do Programa Dose Certa, foi executado de acordo com o pactuado na Comissão Intergestores Bipartite?  (D)	SIM – 10
63.1. Percentual de medicamentos do componente básico da Assistência Farmacêutica (Programa Dose Certa) com desabastecimento (falta do medicamento) superior a um mês, após o encerramento do trimestre, referente ao exercício de 2017? (Se município aderente ao programa Dose Certa)	<p>PERCENTUAL = 0% - 10</p> <p>0% &lt; PERCENTUAL ≤ 5% – 7,5 <u>Informe</u> relação de itens de medicamentos com desabastecimento superior a um mês</p> <p>5% &lt; PERCENTUAL ≤ 10% – 5 <u>Informe</u> relação de itens de medicamentos com desabastecimento superior a um mês</p> <p>10% &lt; PERCENTUAL ≤ 15% – 2,5 <u>Informe</u> relação de itens de medicamentos com desabastecimento superior a um mês</p> <p>PERCENTUAL &gt; 15% – 0 <u>Informe</u> relação de itens de medicamentos com desabastecimento superior a um mês</p>



QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
<p>64. O prazo de 10 dias úteis para liberação dos resultados dos exames de Dengue (IgM) é cumprido pelo LACEN estadual?</p> <p>( ) sempre  ( ) frequentemente  ( ) pouco  ( ) nunca</p> <p>(D)</p>	<p><u>Método de Cálculo:</u></p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 5px;"> <math display="block">\text{se } P_S &gt; \sum P_T \rightarrow NF = 10</math> </div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <math display="block">\text{se } P_S \leq \sum P_T \rightarrow NF = 0</math> </div> <p><u>Legenda:</u>  <math>P_S</math> = Proporção de atendimento "sempre" e/ou "frequentemente"  <math>\sum P_T</math> = Proporção de atendimento dos demais  <math>NF</math> = Nota final da questão</p>
<p>65. Os exames acetilcolinesterase nos trabalhadores que utilizam inseticidas organofosforados e carbamatos nas atividades de controle vetorial:</p> <p>( ) são realizados pelo município ao menos duas vezes ao ano  ( ) são realizados pelo IAL ao menos duas vezes ao ano  ( ) são realizados pelo município uma vez ao ano  ( ) são realizados pelo IAL uma vez ao ano  ( ) são realizados de forma compartilhada pelo município e pelo IAL  ( ) não são realizados</p> <p>(D)</p>	<p><u>Método de Cálculo:</u></p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 5px;"> <math display="block">\text{se } P_{IAL\ 2x} &gt; \sum P_T \rightarrow NF = 10</math> </div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <math display="block">\text{se } P_{IAL\ 2x} \leq \sum P_T \rightarrow NF = 0</math> </div> <p><u>Legenda:</u>  <math>P_{IAL\ 2x}</math> = Proporção de "são realizados pelo IAL ao menos duas vezes ao ano"  <math>\sum P_T</math> = Proporção de atendimento dos demais  <math>NF</math> = Nota final da questão</p>
<p>66. Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário? Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.</p>	

## 9.5 SÍNTESE: i-AMB

### MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DO MEIO AMBIENTE

Os índices serão apoiados pelo Sistema AUDESP em bases multivaloradas.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. Sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) – Lei nº 12.305/2010 –, informe:	Instrumento normativo publicado ou promulgado – 10
	Submissão do texto à câmara de vereadores – 07
	Está em outras fases de elaboração – 03
	Não realizou o plano – 00
2. A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos?	SIM
	NÃO
2.1. Descreva o processo de destinação da coleta seletiva:	
2.2 Informe: Número de domicílios atendidos pela coleta seletiva: Número total de domicílios existentes no município em 2017:	Método de cálculo: $P = ( \text{n}^\circ \text{ domicílios atendidos pela coleta seletiva} / \text{n}^\circ \text{ total de domicílios} ) * P_{\text{máx}}$  $P_{\text{máx}} = 10$
3. A prefeitura possui Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil elaborado e implantado de acordo com a resolução CONAMA 307/2002 e suas alterações?	SIM – 13 Informar a lei:
	NÃO – 00
3.1. Por que motivo a prefeitura municipal ainda não possui Plano de Resíduos da Construção Civil implantado?	Plano enviado para aprovação legislativa;
	Plano em fase de elaboração.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
4. O município possui controle ou registro das atuações realizadas por queimada urbana?	SIM
	NÃO
5. Sobre programa ou ação de educação ambiental na rede escolar municipal, informe:	<p>Número de escolas dos Anos Iniciais (1º ao 5º ano do Ensino Fundamental) que adotam programa ou ação de educação ambiental:</p> <p><b>Fórmula de cálculo:</b>  <math>P = \text{n}^\circ \text{ de escolas com programa ou ação de educação ambiental} / \text{n}^\circ \text{ de escolas no município}</math></p> $N = P \times P_{\text{máx}}$ $P_{\text{máx}} = 05 \text{ pontos}$
6. A prefeitura municipal estimula entre seus órgãos e entidades de sua responsabilidade projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais? (ex.: implantação de dispositivos para uso racional da água, coleta seletiva, reuso ou reciclagem de material entre outros)?	<p>SIM, para todos os órgãos e entidades – 08</p> <p>Descreva sucintamente:</p>
	<p>PARCIALMENTE – 03</p> <p>Descreva sucintamente:</p>
	NÃO – 00
7. A prefeitura participa de alguma instância de planejamento e gestão regional (tais como comitê de bacia, conselho regional/metropolitano, conselho gestor de APA - Área de Proteção Ambiental), que promova a melhoria contínua da gestão ambiental municipal e da região em que está inserida?	<p>SIM</p> <p>Descreva quais as ações e medidas:</p>
	NÃO
8. A prefeitura possui ou participa de algum programa ou ação que promovam a melhoria contínua da qualidade ambiental no município?	<p>SIM – 10 Qual: Qual? Descreva sucintamente:</p>
	NÃO – 00
9. A prefeitura possui alguma estrutura organizacional para tratar de assuntos ligados ao Meio Ambiente Municipal?	SIM – 06
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
10. A prefeitura participou de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares (privilegiando a participação de membros da Guarda Municipal, Defesa Civil, Tiro de Guerra, brigadistas de indústrias, usinas e empresas etc, inclusive para os municípios que possuem Unidades de Corpo de Bombeiros)?	SIM, integralmente – 05
	SIM, na maior parte – 03
	SIM, na menor parte – 01
	NÃO – 00
11. O município possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico instituído?	SIM – 00
	NÃO – -5 (perde 5 pontos)
11.1. Quais são os instrumentos normativos que tratam do Plano Municipal de Saneamento Básico? Obs.: Instrumento normativo é Lei municipal, Decreto, Portaria, Convênio, etc.	<Pode relacionar diversos instrumentos normativos> Instrumento Normativo: Número do Instrumento Normativo:
12. Quanto à arborização urbana, o pessoal da prefeitura responsável por manutenção das árvores é devidamente orientado/treinado para realizar a poda de maneira correta?	SIM
	NÃO
13. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada?	<PERCENTUAL> NÃO POSSUI REGISTRO
14. O município ainda lança, a céu aberto (lixões), seus resíduos sólidos? (LF nº 12.305/10, art. 47, II)	SIM – 00
	NÃO – 05
15. O município possui cronograma de manutenção preventiva ou de substituição da frota municipal?	SIM
	NÃO
16. Existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem?	SIM - 05 Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO – 00
17. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a	SIM – 02 Descreva quais as ações e medidas:

QUESITOS	PONTUAÇÕES
Rede Municipal de Ensino?	NÃO – 00
18. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal da Atenção Básica da Saúde?	SIM – 02 Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO – 00
19. Há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez? Obs. Não considerar caixa d'água e caminhão pipa como plano	SIM - 05 Descreva o plano:
	NÃO - 00
20. O município participa do Programa Município VerdeAzul?	SIM
	NÃO
21. O município está habilitado junto ao CONSEMA para licenciar os empreendimentos de impacto local de conformidade com a Deliberação Normativa Consema 01/2014?	SIM
	NÃO
22. A disposição final de resíduos sólidos é feita em consórcio com municípios da região?	SIM
	NÃO
23. Todos os servidores da estrutura de Meio Ambiente possuem formação na área natural e/ou humana?	SIM
	NÃO Qual o percentual dos servidores que possuem?
24. A estrutura de Meio Ambiente encontra-se em nível de primeiro escalão no organograma da prefeitura?	SIM
	NÃO
25. Quanto aos resíduos da construção civil, quem é o	GERADOR DOS RESÍDUOS

QUESITOS	PONTUAÇÕES
responsável pela triagem dos resíduos?	PREFEITURA
	OUTROS
26. O município possui área de aterro sanitário ou industrial?	SIM
	NÃO
26.1. Quanto aos aterros municipais, todos possuem portão fechado com cadeado no seu acesso?	SIM
	NÃO
26.2. Quanto aos aterros municipais, animais domésticos e/ou animais silvestres (urubus, garças, etc.) convivem com os resíduos do aterro?	SIM
	NÃO
26.3. Há catadores de materiais recicláveis no aterro municipal?	SIM
	NÃO
26.4 Existe licença de operação da CETESB para a área de aterro?	SIM
	NÃO
26.5 Antes de aterrar o lixo, o município realiza algum tipo de processamento de resíduos, quer mediante reciclagem, compostagem, reutilização ou outra forma de processamento?	SIM Qual? ( ) reciclagem ( ) compostagem ( ) reutilização ( ) outro. Descreva:
	NÃO
27. Os serviços de abastecimento e distribuição de água são executados de forma direta pelo município?	SIM
	NÃO Citar a autarquia/empresa estatal/empresa contratada: Os serviços são realizados por meio de: (ex: contrato de programa; lei; licitação;etc.) Em quantos anos está prevista a prestação do serviço?
28. Os serviços de coleta e tratamento de esgoto são executados de forma direta pelo Município?	SIM
	NÃO Citar a autarquia/empresa estatal/empresa contratada: Os serviços são realizados por meio de: (ex: contrato de programa; lei; licitação;etc.) Em quantos anos está prevista a prestação do serviço?
29. Os serviços de coleta e disposição final de rejeitos e resíduos sólidos são executados de forma direta pelo município?	SIM
	NÃO Citar a autarquia/empresa estatal/empresa contratada: Os serviços são realizados por meio de: (ex: contrato de

QUESITOS	PONTUAÇÕES
	programa; lei; licitação;etc.) Em quantos anos está prevista a prestação do serviço?
30. Utilização do IQR (Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos). De 0,0 a 7,0 – Condições inadequadas De 7,1 a 10,0 – Condições adequadas * APURAÇÃO ELETRÔNICA NO SISTEMA AUDESP COM DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS PELA CETESB	ADEQUADAS – 07  INADEQUADAS – 00
31. Informe o ICTEM - Indicador de Coleta de Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município do ano de 2017: Obs. Valor de 0,0 a 10,0 * APURAÇÃO ELETRÔNICA NO SISTEMA AUDESP COM DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS PELA CETESB	se 7,6 a 10 – 07 pontos se 5,1 a 7,5 – 05 pontos se 2,6 a 5,0 – 03 pontos se 0,0 a 2,5 – 00
31.1 Informe o ICTEM - Indicador de Coleta de Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município do ano de 2017 e 2016: Obs. Valor de 0,0 a 10,0 * APURAÇÃO ELETRÔNICA NO SISTEMA AUDESP COM DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS PELA CETESB	Método de cálculo: $P = \text{ICTEM } 2017 - \text{ICTEM } 2016$ Se $P \geq 0$ – 00 Se $P < 0$ $\text{Pontuação} = \frac{P}{\text{ICTEM } 2016} \times 5$

32. Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário? Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

## PONTOS ADICIONAIS

A fiscalização poderá selecionar algum assunto para aumentar ou reduzir a pontuação do município em 10 pontos e apresentará no relatório de fiscalização das contas da prefeitura os argumentos.

Caso a soma dos pontos ultrapasse 100, será considerada a pontuação máxima do i-Amb como 100.

Caso a soma dos pontos seja inferior a ZERO, será considerada a pontuação mínima de ZERO para o i-Amb.

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Meio Ambiente
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-Amb/TCESP: 10/100 – 0,10 (10%)

**FÓRMULA MATEMÁTICA**  
 **$i\text{-Amb/TCESP} = (\text{Somatório dos indicadores})/100$**



## 9.6 SÍNTESE: i-CIDADE

### MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA PROTEÇÃO DA CIDADE

Os índices serão apoiados pelo Sistema AUDESP em bases multivaloradas.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. O município possui a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC estruturada? (Lei nº 12.608/2012)?	SIM – 15
	Está em fase de estruturação – 05
	NÃO – 00
2. A prefeitura municipal possui local físico com sala e telefone para atendimento de ocorrências de Defesa Civil?	SIM - 05 Qual número de telefone: (XX) YYYYYYYY
	NÃO - 00
3. O município está cadastrado no sistema da Defesa Civil estadual denominado SÍDEC (Sistema Integrado de Defesa Civil)? <a href="http://www.sidec.sp.gov.br">www.sidec.sp.gov.br</a>	SIM
	NÃO
4. O município utiliza alguma forma de registro eletrônico para cadastramento de ocorrência de Defesa Civil?	SIM – 10 Qual a forma de registro?
	NÃO – 00
5. O município possui algum tipo de levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público?	SIM – 20
	NÃO – 00
6. O município possui Plano de Contingência de Defesa Civil?	SIM – 20
	Está em fase de formalização de seu plano – 15
	NÃO – 00
7. O município está listado no Programa Construindo Cidades Resilientes, do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres?	SIM
	NÃO
8. O município capacita seus agentes para ações municipais de Defesa Civil?	SIM, na integralidade de seus agentes – 10 Descreva a forma sucintamente:
	SIM, a maior parte de seus agentes – 07 Descreva a forma sucintamente:
	SIM, a menor parte de seus agentes – 03 Descreva a forma sucintamente:

QUESITOS	PONTUAÇÕES
	NÃO – 00
9. Se o município possui mais de 20.000 habitantes, foi elaborado seu Plano de Mobilidade Urbana? (LF nº 12.587/12, art. 24, §3º)	SIM Informe o orçamento previsto: Informe o orçamento realizado:
	NÃO
	NÃO SE APLICA
10. O município possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado?	SIM – 10
	NÃO – 00
11. As vias públicas pavimentadas estão devidamente sinalizadas (vertical e horizontalmente) de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação? CTB, art. 88	SIM – TODAS AS VIAS PÚBLICAS – 05
	SIM – A MAIOR PARTE DAS VIAS – 03
	SIM – A MENOR PARTE DAS VIAS - 01
	NÃO - 00
12. Há manutenção adequada das vias públicas no município? Obs. Manutenção das vias públicas de acordo com os Manuais do DNIT	SIM – TODAS AS VIAS PÚBLICAS – 05
	SIM – A MAIOR PARTE DAS VIAS – 03
	SIM – A MENOR PARTE DAS VIAS – 01
	NÃO - 00
12.1 Sobre pavimentação / manutenção das vias públicas:	QUAL O ORÇAMENTO PREVISTO?
	QUAL O VALOR LIQUIDADO?
13. Qual o número de mortes por acidente de trânsito no município em 2017?	
14. Qual o número de acidentes de trânsito no município em 2017?	
15. O município possui ameaças potenciais mapeadas?	SIM
	NÃO
15.1. Qual(is)? (pode selecionar várias opções)	<input type="checkbox"/> Inundações <input type="checkbox"/> Secas <input type="checkbox"/> Barragens de água <input type="checkbox"/> Áreas de ocupação clandestinas (loteamentos, etc.) <input type="checkbox"/> Lixões

QUESITOS	PONTUAÇÕES
	( ) Loteamentos em situação de risco ( ) Barragens de rejeitos de Mineração ( ) Outros. Quais?
16. O município utiliza sistemas de alerta e alarme para desastres?	SIM
	NÃO
16.1 Qual a frequência (em dias)?	

17. Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário? Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

## PONTOS ADICIONAIS

A fiscalização poderá selecionar algum assunto para aumentar ou reduzir a pontuação do município em 10 pontos e apresentará no relatório de fiscalização das contas da prefeitura os argumentos.

Caso a soma dos pontos ultrapasse 100, será considerada a pontuação máxima do i-Cidade como 100.

Caso a soma dos pontos seja inferior a ZERO, será considerada a pontuação mínima de ZERO para o i-Cidade.

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Proteção das Cidades
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-CIDADE/TCESP: 05/100 – 0,05 (5%)

**FÓRMULA MATEMÁTICA**  
**i-CIDADE/TCESP = (Somatório dos indicadores)/100**

## 9.7 SÍNTESE: i-GOV TI

### MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA GOVERNANÇA DE TI

Os índices serão apoiados pelo Sistema AUDESP em bases multivaloradas.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. A prefeitura municipal possui um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – vigente que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro?	SIM, com metas acima de 02 anos – 08
	SIM, com metas para até 02 anos – 05
	NÃO POSSUI PDTI – 00
1.1. O PDTI é divulgado na Internet?	SIM – 05
	NÃO – 00
2. A prefeitura municipal possui um documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais, conhecido como Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação?	SIM – 05
	NÃO – 00
3. A prefeitura municipal possui um quadro com funcionários de área de Tecnologia da Informação?	SIM, com funcionários efetivos – 08
	SIM, com funcionários efetivos e temporários – 05
	SIM, com funcionários temporários – 02
	Não possui esse quadro – 00
4. A prefeitura municipal define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI (área de formação, especialização etc.)?	SIM – 05
	NÃO – 00
5. A prefeitura disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI?	SIM – 04 Qual o periodicidade:
	NÃO – 00
6. A prefeitura mantém site na Internet com informações atualizadas (semanalmente)?	SIM – 05

	NÃO – 00
7. Há publicação dos valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos? (CF, art. 39, § 6º)	SIM
	PARCIALMENTE
	NÃO
8. Os dados e documentos relativos a contratos de processos licitatórios são divulgados na Internet?	SIM – 03
	NÃO – 00
9. Os dados relativos à transparência na gestão fiscal (planejamento, execução orçamentária, parecer prévio, etc.) são divulgados na página eletrônica do Município? (LRF, art. 48)	SIM ( ) PPA, LDO e LOA - 01 ( ) Balanços de exercício - 01 ( ) Parecer prévio do TCE - 01 ( ) RGF - 01 ( ) RREO - 01
	NÃO – 00
10. Sobre as compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação, responda:	Há participação do pessoal de TI no processo de compra (especificação técnica, comissão de julgamento, recebimento do objeto) - 08
	Não há pessoal de TI envolvido no processo de compra – 00
11. Sobre os dados da Dívida Ativa da prefeitura municipal, responda:	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município – 06
	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados – 03
	Os dados não possuem registros eletrônicos – 00
11.1 Caso os dados sejam armazenados de forma eletrônica, há controle eletrônico dos prazos de lançamento da Dívida Ativa (art. 173 CTN)?	SIM - 00
	NÃO - -1 (perde 1 ponto)
12. Sobre os dados do IPTU do município, responda:	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município – 06
	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência

	indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados – 03
	Os dados não possuem registros eletrônicos – 00
13. Sobre a arrecadação tributária municipal, no que diz respeito ao ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), responda:	A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse direta – 06.
	A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas – 03.
	Não foi implantada a NFE – 00
14. Sobre compras públicas (licitações) que tenham por objetivo desenvolvimento, melhoria ou manutenção de software, responda qual métrica é utilizada para determinar o tamanho do software (e consequentemente o prazo e custo):	É utilizada a métrica de Pontos de Função
	Existe uma métrica, mas não é Pontos de Função
	Não existe métrica
	Não houve licitações de software
15. Os dados e documentos relativos a editais dos processos licitatórios são divulgados na Internet?	SIM – 03
	NÃO – 00
16. Há uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?	SIM – 06
	NÃO – 00
16.1. Que tecnologia (internet) é utilizada para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?	Sistema Próprio
	BEC
	Banco do Brasil
	ComprasNet
	Outros: _____
17. Há divulgação dos tributos arrecadados? (CF, art. 162)	SIM
	PARCIALMENTE
	NÃO
18. Os sistemas e softwares disponibilizados são divulgados aos usuários e eles recebem treinamento	SIM, é divulgado e há treinamento - 06

para sua utilização?	SIM, é divulgado mas não há treinamento – 02
	SIM, há treinamento mas não há divulgação – 02
	NÃO – 00
19. O município possui legislação municipal que trata de Acesso à Informação?	SIM – 02
	NÃO - 00
20. Os dados relativos a atas da comissão de licitação de processos licitatórios são divulgados na Internet?	SIM – 03
	NÃO – 00
21. O sistema Audesp é uma ferramenta de TI levada em consideração na gestão da política do chefe do executivo municipal?	SIM – 02 Descreva como:
	NÃO - 00
22. O sistema de controle interno faz uso dos alertas do Sistema Audesp?	SIM – 02 Descreva como:
	NÃO – 00
23. A Prefeitura criou o Serviço de Informação ao Cidadão? (LF nº 12.527/11, art. 9º)	SIM – 01
	NÃO – 00
24. Com mais de 10.000 habitantes, há divulgação, em página eletrônica, de repasses a entidades do 3º setor, informações sobre licitações e ações governamentais? (LF nº 12.527/11, art. 8º, § 1º)	SIM
	NÃO
	NÃO SE APLICA
25. Há divulgação, em página eletrônica, em tempo real, das receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, indicando valor, fornecedor e, se for o caso, o tipo da licitação realizada? (LRF, art. 48-A)	SIM – 01
	NÃO – 00
25.1 Quais informações?	( ) Atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa e da sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; ( ) Do lançamento e do recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

26. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficam disponíveis, durante todo o exercício, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade? (LRF, art. 49)	SIM
	NÃO
27. Houve publicação ou divulgação do RGF? (LRF, arts. 55, § 2º e 63, II, "b")	SIM
	NÃO
28. Há publicação e divulgação do RREO? (LRF, art. 52)	SIM
	NÃO
29. Houve encaminhamento à União das informações alusivas às contas do ano anterior? (LRF, art. 51, § 1º, I)	SIM
	PARCIALMENTE
	NÃO

30. Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário? Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

## PONTOS ADICIONAIS

A fiscalização poderá selecionar algum assunto para aumentar ou reduzir a pontuação do município em 10 pontos e apresentará no relatório de fiscalização das contas da prefeitura os argumentos.

Caso a soma dos pontos ultrapasse 100, será considerada a pontuação máxima do i-Gov TI como 100.

Caso a soma dos pontos seja inferior a ZERO, será considerada a pontuação mínima de ZERO para o i-Gov TI.



TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão de Governança de TI
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-GOV TI/TCESP: 05/100 – 0,05 (5%)

**FÓRMULA MATEMÁTICA**  
**i-GOV TI/TCESP = (Somatório dos indicadores)/100**

# 10.

## Composição final do IEG-M/TCESP

Como o IEG-M/TCESP é um indicador perene, apresentando seus resultados anualmente, nesta terceira amostra, os resultados permanecerão sendo apresentados em faixas, evitando-se assim a exposição numérica de ranking.

A listagem com o ranking será apresentada exclusivamente à alta administração da Corte de Contas paulista – Exmos. Conselheiros – e à Secretaria-Diretoria

Geral – responsável pelo planejamento das ações fiscalizatórias – que receberá também as diversas matrizes de risco para encaminhamento ao Pessoal da Fiscalização.

Para as prefeituras auditadas, órgãos de controle, sociedade e demais interessados, os resultados do IEG-M/TCESP serão apresentados em 05 faixas de resultado, preservando os valores numéricos calculados.

### MÉTRICA DE CÁLCULO DO IEG-M/TCESP MODELO MATEMÁTICO

$$\text{IEG-M/TCESP} = (\text{i-PLAN/TCESP} \times 20 + \text{i-FISCAL/TCESP} \times 20 + \text{i-EDUC/TCESP} \times 20 + \text{i-SAÚDE/TCESP} \times 20 + \text{i-AMB/TCESP} \times 10 + \text{i-CIDADE/TCESP} \times 5 + \text{i-GOV TI/TCESP} \times 5) / 100$$

# 11.

## Faixas de resultado

**A**s faixas de resultado são a representação por notas (A, B+, B, C+ e C) e de forma gráfica dos enquadramentos das prefeituras frente às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP.

Cada faixa é caracterizada da seguinte forma:

**NOTA A:** ALTAMENTE EFETIVA;

**NOTA B+:** MUITO EFETIVA;

**NOTA B:** EFETIVA;

**NOTA C+:** EM FASE DE ADEQUAÇÃO;

**NOTA C:** BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO

**OBSERVAÇÃO:** a proposta do IEG-M/TCESP é avaliar a efetividade da gestão municipal como um todo, sem

estimular a exclusiva atenção do gestor público para apenas uma ou algumas das dimensões analisadas. Seu objetivo é demonstrar, naturalmente, as áreas que demandam maior qualidade nos gastos públicos, porém a gestão municipal altamente efetiva é aquela que considera todos os aspectos do bem-estar social. Considerando que 3 (três) dos índices componentes possuem peso ponderado menos relevante na composição do IEG-M/TCESP (i-Amb/TCESP, i-Cidade/TCESP e i-GOV TI/TCESP), resultados menos expressivos nessas esferas não implicariam uma redução significativa do Índice Final, porém denotariam uma gestão municipal menos ampla. Diante disso, a faixa “A – Altamente Efetiva” é reservada para os municípios que apresentarem regularidade em seus resultados além de IEG-M/TCESP acima ou igual a 90% da nota máxima, verificada pela existência de ao menos 5 (cinco) índices componentes na faixa “A – Altamente Efetiva”.

As notas obedecerão aos seguintes critérios:

Notas	Critérios
A	IEG-M maior ou igual a 90% da nota máxima e ao menos 5 (cinco) índices componentes com nota A
B+	IEG-M maior ou igual a 75% e menor que 90% da nota máxima
B	IEG-M maior ou igual a 60% e menor que 75% da nota máxima
C+	IEG-M maior ou igual a 50% e menor que 60% da nota máxima
C	IEG-M menor que 50% da nota máxima

EXEMPLO DE APLICAÇÃO DAS FAIXAS DE RESULTADO PARA O IEG-M/TCESP

NOTAS	FAIXAS	PREFEITURAS
A	ALTAMENTE EFETIVA	Prefeitura do Município A; Prefeitura do Município B;
B+	MUITO EFETIVA	Prefeitura do Município C; Prefeitura do Município D; Prefeitura do Município E;
B	EFETIVA	Prefeitura do Município F; Prefeitura do Município G;
C+	EM FASE DE ADEQUAÇÃO	Prefeitura do Município H; Prefeitura do Município I;
C	BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO	Prefeitura do Município J; Prefeitura do Município K.

**OBSERVAÇÃO:** O mesmo modelo é aplicável a cada um dos índices temáticos. As faixas de resultado podem apresentar alternância natural nos nomes das prefeituras em razão das pontuações em cada um dos temas auditados e de seu peso na composição do IEG-M/TCESP.

# 12.

## Regras das faixas de resultado

Com o objetivo de permitir maior controle da efetividade do município, ajustado pelos modelos matemáticos aplicados, e considerando a necessidade de implemento de controles constitucionais e legais no IEG-M/TCESP, ficam observadas as seguintes regras para aplicação das faixas de resultado:

**I) IEG-M/TCESP: NOTA A – FAIXA ALTAMENTE EFETIVA** - o município deve possuir pelo menos 05 (cinco) notas A;

**II) DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO IEG-M/TCESP:** quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 25% na Educação;

**III) DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO IEG-M/TCESP:** quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 15% na Saúde;

**IV) ÍNDICE COMPONENTE - REALOCAÇÃO PARA A FAIXA DE RESULTADO DE NOTA C – BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO:** quando não observar o contido do artigo 29-A da Constituição Federal.

# 13.

## Considerações Finais

A criação do IEG-M/TCESP só foi possível com a interação e participação das Secretarias Estaduais da Educação, da Saúde, do Meio Ambiente, da Secretaria da Casa Militar/Defesa Civil; do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP; da CETESB; da Fundação TODOS PELA EDUCAÇÃO; do Instituto Brava; de técnicos do Tribunal de Contas e especialistas das diversas áreas para as 7 dimensões que compõem o índice.

Sem esse grandioso conhecimento compartilhado por eles, não seria possível relacionar os diversos aspectos que afetam diretamente a qualidade dos serviços públicos postos à disposição de seus cidadãos.

Dessa forma, o trabalho colaborativo de todos na finalização do IEG-M/TCESP traz relevantes informações, principalmente ao controle social e aprimoramento da metodologia das ações fiscalizatórias.

